

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

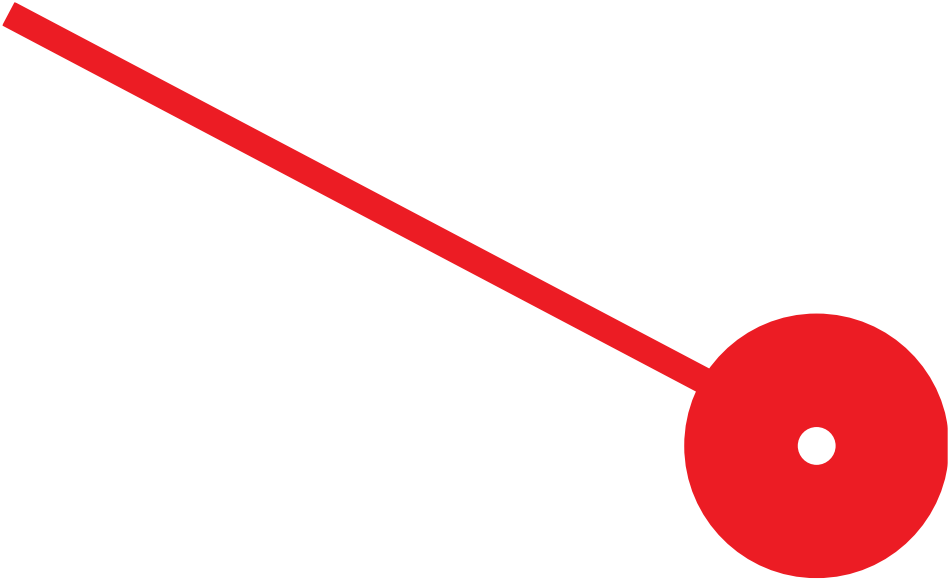
M

MESTRADO
EM AUDITORIA

PROCEDIMENTOS
CONTABILÍSTICOS E A SUA
IMPORTÂNCIA NO CONTROLO
INTERNO

Márcia Brígida Camisa Senda

11/2023



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

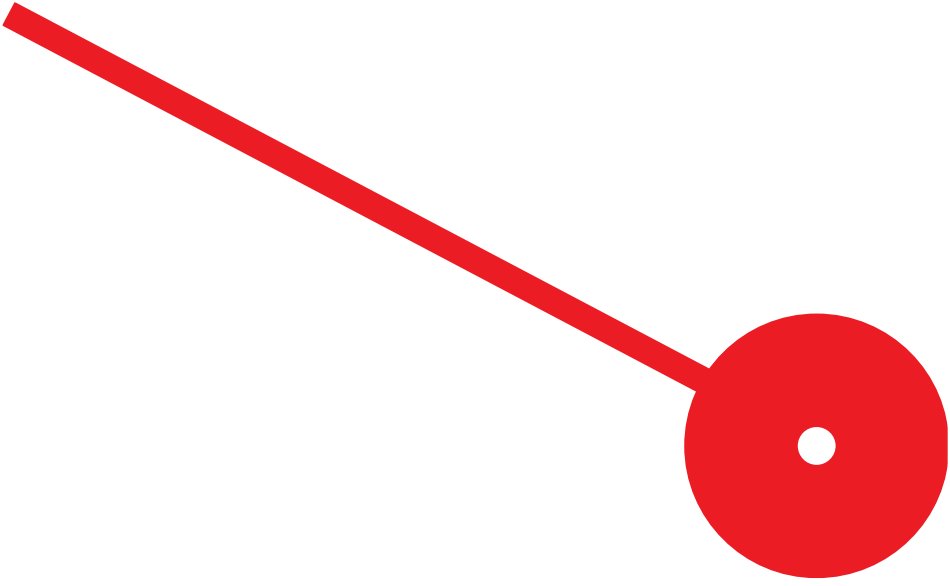
M

MESTRADO
EM AUDITORIA

PROCEDIMENTOS
CONTABILÍSTICOS E A SUA
IMPORTÂNCIA NO CONTROLO
INTERNO

Márcia Brígida Camisa Senda

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Senhora Doutora Alcina Portugal Dias.



Dedicatória

Dedico este trabalho à todos os estudantes internacionais, que desafiam-se a deixar o seu lar, a sua família e seus amigos em busca de um futuro melhor.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de estudar fora do meu país e por guiar-me em todo esse percurso.

A realização deste projeto só foi possível também pela ajuda e contribuição de algumas pessoas e entidades, às quais pretendo deixar o meu agradecimento:

À DKSH Portugal pelo apoio concedido na realização do estágio e que contribuiu para que o estudo pudesse ser concluído com êxito, com especial ênfase à Doutora Susana Silva pelo seu apoio incondicional na realização deste projeto, jamais terei palavras para descrever a minha gratidão pelo esforço e dedicação colocado neste trabalho.

À Doutora Alcina Portugal Dias pela preciosa orientação e disponibilidade demonstrada no auxílio à realização do trabalho.

Aos meus pais Amadeu Senda e Adelaide Camisa, por todo o suporte emocional e financeiro prestado à mim no decorrer da minha formação.

À minha família, ao meu namorado e aos meus amigos por todo o suporte prestado a mim no decorrer desta formação.

À todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que o trabalho pudesse ser desenvolvido e concluído.

Resumo:

O presente relatório tem por base um estágio curricular no âmbito do Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). O estágio decorreu na empresa DKSH Portugal sendo esta uma empresa de Serviços de Expansão de Mercado, reconhecida por possuir uma equipa de vendas altamente especializada, e cujo principal objetivo é dar uma resposta profissional às necessidades dos seus clientes fornecendo uma gama renovada de especialidades químicas, durante o período de 14 de Abril de 2022 à 14 de Outubro do mesmo ano.

O objeto de estudo incidiu sobre os procedimentos contabilísticos e sua importância no controlo interno, procurando evidenciar o contributo dos primeiros para o melhor funcionamento do último. Numa componente teórica, foram abordados os conceitos inerentes à estas matérias, sendo que ao nível da contabilidade limitou-se o âmbito aos procedimentos contabilísticos que poderão auxiliar na implementação e no melhoramento dos processos de controlo interno nas empresas.

As principais atividades realizadas ao longo deste período podem resumir-se em tarefas de classificação, lançamento e arquivo, conferências e encerramento de contas. Ao longo do relatório pode observar-se em detalhe as funções desempenhadas no decorrer do estágio, com alguns exemplos representativos das atividades desenvolvidas no gabinete da empresa acima referida.

Com base nas atividades desenvolvidas ao longo do estágio, foi possível evidenciar o contributo dos procedimentos contabilísticos para a eficácia do controlo interno na empresa acolhedora, cumprindo assim o principal objeto de estudo deste trabalho.

Palavras-chave: Controlo Interno, Procedimentos Contabilísticos, Sistema de Controlo Interno, Eficácia.

Abstract:

This report is based on a curricular internship within the scope of the Master in Auditing at the Higher Institute of Accounting and Administration of Porto (ISCAP). The internship took place at DKSH Portugal which is a Market Expansion Services company, recognized for having a highly specialized sales team, and whose main objective is to provide a professional response to the needs of its customers by providing a renewed range of specialty chemicals; the internship was done from the period of April 14th to October 14th, 2022.

The object of the study focused on accounting procedures and their importance to the internal control, emphasizing the contribution of the former to the better functioning of the latter. In a theoretical component, the concepts inherent to these matters were addressed, at the level of accounting the scope was limited to accounting procedures that can assist in the implementation and improvement of internal control processes in companies.

The main activities conducted during this period can be summarized in tasks of classification, posting, and archiving of accounting documents, conferences and closure of accounts. Throughout the report can be seen in detail the tasks performed during the internship, with some representative examples of these tasks.

Based on the tasks performed throughout the internship, it was possible to demonstrate the contribution of accounting procedures to the improvement of the effectiveness of internal control in the host company, thus fulfilling the main object of this report.

Key words: Internal Control, Accounting Procedures, Internal Control System, Effectiveness.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA	4
1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1 Controlo Interno	5
1.1.1 Definição	6
1.1.2 Objetivos.....	10
1.1.3 Implementação do Controlo Interno e a sua Importância nas Empresas..	11
1.1.4 Controlo Interno e a Auditoria Interna	12
1.1.5 Controlo Interno e a Auditoria Externa	13
1.1.6 Limitações do Controlo Interno.....	14
1.2 A Contabilidade no Âmbito do Controlo Interno	17
1.2.1 Evolução	17
1.2.2 Definição	19
1.2.3 Procedimentos Contabilísticos	20
1.3 Relação entre os Procedimentos Contabilísticos e o Controlo Interno	21
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	24
2 INTRODUÇÃO	25
2.1 Metodologia de Investigação.....	25
2.2 Formulação do Problema.....	26
2.3 Unidade de Análise – Investigação Qualitativa.....	27
2.4 Construção das Asserções	27
2.5 Modelo de Análise.....	28
CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO	30
3 INTRODUÇÃO	31
3.1 Entidade Acolhedora	31
3.1.1 História da Empresa e suas Características	31

3.2	DKSH Portugal.....	32
3.3	Trabalho Desenvolvido.....	32
3.4	Implementação de Procedimentos Contabilísticos	34
3.4.1	Modo de Organização da Contabilidade	34
3.4.2	Compras.....	36
3.4.3	Vendas	37
3.5	Controlo Interno e Gestão do Risco	37
3.5.1	Risco Cambial	40
3.5.2	Risco de Fraude:	40
3.5.3	Risco Legal:.....	41
3.5.4	Risco de Crédito	41
3.6	Auditoria Interna.....	42
CAPÍTULO IV – RESULTADOS ENCONTRADOS E CONCLUSÃO		45
4	Resultados e conclusão.....	46
4.1	Resultados.....	46
4.2	Conclusão	49
4.3	Limitações no Estudo	50
4.4	Pistas para investigação futura	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		51
ANEXOS		55

Índice de Figuras

Figura 1: Paus de madeiras que eram usados para registar transações contabilísticas.....	5
Figura 2: Cubo COSO de Gestão de Risco Empresarial 2004.....	7
Figura 3: Novo diagrama COSO de Gestão de Risco Empresarial 2016.....	8
Figura 4: Categorias do controlo.....	11
Figura 5: Relação entre o Controlo interno e os procedimentos contabilísticos.....	22
Figura 6: Intranet da DKSH onde estão disponíveis manuais de todas atividades.....	39
Figura 7: Plataforma ENABLON e alguns controlos solicitados à CFM.....	43

Índice de Tabelas

Tabela 1: Construção das Aserções de Análise	28
--	----

Lista de abreviaturas

AAA - American Accounting Association

ACCA - Association of Chartered Certified Accountants

AIPCA - American Institute of Certified Public Accounts

BPO - Business Process Outsourcing

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

COSO - The Committee of Sponsoring Organizations

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

EDP – Energias de Portugal

FASB - Financial Accounting Standards Board

FEFO - First Expire, First Out

HFM - Oracle Hyperion Financial Management

IASB - International Accounting Standards Board

IFRS – International Financial Reporting Standards

IIA - Institute of Internal Auditors

MROC – Manual dos Revisores Oficiais de Contas

MRP – Material Requirements Planning

PO – Purchase Order

ROC - Revisor Oficial de Contas

SAP – Systeme Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung

SCI - Sistema de Controlo Interno

SOP – Standard Operating Procedure

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

O presente relatório de estágio corresponde à etapa final de um longo percurso académico com vista à obtenção do grau de Mestre em Auditoria, enquadrado no Regulamento dos Estágios extracurriculares, relativo ao 2º ciclo de estudos, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

No âmbito deste percurso, a opção foi a realização de um estágio curricular. A escolha recaiu sobre o estágio, por acreditar ser o mais adequado, para colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a formação académica. Desde o início da minha licenciatura em Gestão Financeira que a curiosidade em perceber na prática, como a aplicação de uma determinada norma e/ou procedimento contabilístico são garantia razoável de que a probabilidade de risco ou evento adverso ocorrer é minimizada para níveis considerados aceitáveis.

Foi assim, e com base nas atividades desenvolvidas no estágio que escolhi o tema Procedimentos Contabilísticos e a sua Importância no Controlo Interno. Este relatório é relativo à descrição do estágio realizado na DKSH Portugal, Unipessoal, Lda, pela candidata Márcia Brígida Camisa Senda. O objetivo deste relatório é de evidenciar o contributo dos procedimentos contabilísticos para a eficácia do controlo interno.

O presente relatório de estágio encontra-se estruturado em quatro capítulos. No **primeiro capítulo** será abordada numa primeira fase, a revisão de literatura sobre o controlo interno e a contabilidade, na qual será elaborado um enquadramento teórico dos seus conceitos e evolução. Por fim, será abordada a relação entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno.

No **segundo capítulo**, será considerada a metodologia de investigação, onde serão mencionados os métodos e os tipos de investigação que existem. Por fim apresenta-se uma breve descrição das metodologias possíveis e da que foi adotada no presente relatório, de acordo com o objetivo proposto.

O **terceiro capítulo**, será dedicado a apresentação da empresa em que foi feita o estágio, como também, uma breve explicação das atividades que foram desenvolvidas no decorrer do estágio.

No **último capítulo**, serão apresentados os resultados encontrados, bem como, as conclusões da investigação com o estágio feito, serão destacadas as limitações do estudo e, por fim, serão expostas sugestões para investigações futuras.

“O que é a teoria contabilística sem a prática? É morta”.

“O que é a prática contabilística sem a teoria? É cega”.¹

¹ Frase adaptada de Willen van Gezel (citado por Pierre Jouanique, Boletim da AECA, Asociacion Española de Contabilidad y Administracion de Empresas, n.º 31 de Janeiro/Abril de 1993, p. 26)

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Controlo Interno

O Controlo Interno nasce da necessidade do homem em controlar os seus bens e essa necessidade existe desde o princípio da humanidade, logo a origem do controlo interno remonta à antiguidade. Apostolou, N. e Crumbley, D. (2008), afirmam que o homem executa esse controlo há mais de 30 000 anos. Numa primeira fase utilizava como ferramenta um objeto denominado “*Tally Sticks*”, paus de madeira que eram usados para registar transações contabilísticas através de entalhes, podendo também ser considerado como o mais antigo artefacto matemático. Dado que na altura a leitura e a escrita ainda não existiam, esta era a forma dos primeiros registos que permitiam controlar os bens. Este sistema manteve-se por séculos e só deixou de ser utilizado com o surgimento do papel e da escrita.



Figura 1: Paus de madeiras que eram usados para registar transações contabilísticas. Fonte: The tally sticks: The first internal control, by Nicholas Apostolou and D. Larry Crumbley

Com a evolução da atividade comercial e o fenómeno da globalização, a necessidade dos gestores em controlar as operações aumentou e rapidamente o controlo das operações tornou-se numa ferramenta de gestão indispensável para os gestores, por conta disso foi necessário criar processos e procedimentos com vista a mitigar os riscos e a aumentar os níveis de fiabilidade da informação gerada na empresa. O desenvolvimento tecnológico também teve um contributo decisivo para o aprofundamento dos métodos de controlo, visto que, foi possível criar procedimentos mais complexos, mas que, com o apoio dos sistemas de informação tornaram-se de execução simples. Permitiu também que o

cruzamento de dados fosse uma tarefa cada vez mais ágil, fiável e de execução possível, diminuindo também os custos com a implementação do controlo interno. Assim, o processo de controlo interno que durante séculos manteve-se preso a uns instrumentos de madeira, sofre agora constantes aperfeiçoamentos e está sujeito a regulações e orientações de execução por entidades internacionais.

1.1.1 Definição

A definição de controlo interno surgiu em 1972 concedida pelo *American Institute of Certified Public Accounts* (AIPCA), e compreende o controlo administrativo e o controlo contabilístico, isto é, atribuiu-se especial ênfase à área financeira. Essa definição foi evoluindo e em 1985 a monografia “*Control: Its meaning and implications for the professional practice of internal auditing*” identificou os seguintes principais objetivos para o controlo interno: confiança e integridade na informação; conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos; salvaguarda dos ativos; utilização económica e eficiente dos recursos e realização dos objetivos estabelecidos para as operações ou programas.

Em 1987 surge uma entidade que se ocupara do estudo do controlo interno, *the Committee of Sponsoring Organizations* (COSO). Em 1992 esta entidade publicou a atual definição de controlo interno em “*Internal control – integrated framework*”, referindo que o controlo interno assiste as organizações a atingirem os seus principais objetivos, como também, melhorar a sua performance. Nesta obra é apresentada a definição do controlo interno como um processo desenhado e efetivado pelo conselho de administração, gestores e outro pessoal da organização, para providenciar uma segurança razoável sobre o alcance dos objetivos da organização no que diz respeito a:

1. Eficácia e Eficiência das Operações;
2. Fiabilidade do Relato Financeiro;
3. Conformidade com as Leis e os Regulamentos Aplicáveis.

Em 14 de junho de 2016, o COSO lançou a sua minuta de exposição, “*Enterprise Risk Management – Aligning Risk with Strategy and Performance*” para comentário público. Uma das principais críticas que levou a uma revisão da estrutura original do COSO foi que a gestão do risco empresarial era implementada separadamente do processo de

planeamento estratégico. Tal estrutura poderia levar à incapacidade de identificar riscos que poderiam potencialmente atrapalhar o alcance dos objetivos organizacionais e à falha na identificação de oportunidades estratégicas. A estrutura revista tenta retificar a abordagem isolada da gestão do risco e da formulação de estratégias. Além disso, o cubo que representa a estrutura anterior (figura 2) foi substituído por um novo diagrama (figura 3). Enquanto o cubo mostrava a importância dos objetivos organizacionais colocando-os no topo do cubo, o novo diagrama retrata os processos de gestão de riscos como um processo cíclico em torno dos objetivos organizacionais.²

O Cubo COSO de Gestão de Risco Empresarial 2004, representa os Componentes, Objetivos e Categorias de um plano eficaz de gestão de riscos empresariais. O topo representa as fases de planeamento da gestão de risco, a parte frontal representa os objetivos e o lado direito representa os componentes do negócio. Em conjunto, o cubo representa o processo de planeamento da Gestão de Risco Empresarial (COSO, 2004).

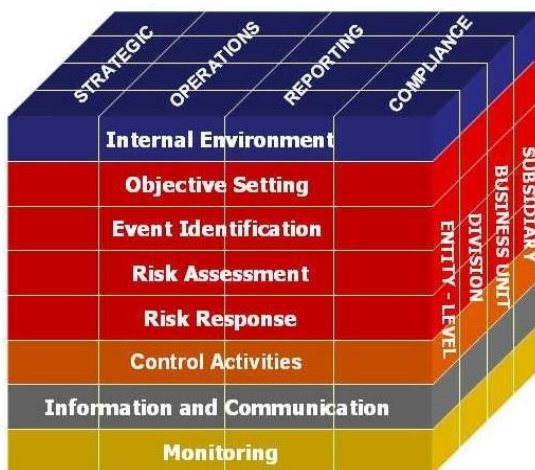


Figura 2: Cubo COSO de Gestão de Risco Empresarial 2004. Fonte: (COSO, 2004)

² Moving From Enterprise Risk Management to Strategic Risk Management: Examining the Revised COSO ERM Framework, by Elizabeth M Pierce and James Goldstein.

O novo diagrama COSO de Gestão de Risco Empresarial 2016, indica que todas as decisões de risco devem estar alinhadas com a missão, visão e valores fundamentais da empresa. Os componentes para decisões de risco são aplicados à estratégia e aos objetivos de negócios, resultando assim em um melhor desempenho.



Figura 3: Novo diagrama COSO de Gestão de Risco Empresarial 2016. Fonte: (COSO, 2016)

Todavia a definição do controle interno foi sendo complementada pelos vários autores que estudam este tema e com a evolução dos fatores económicos que compulsaram a uma alteração da abordagem ao tema, adquirindo mais relevância nos períodos de crises económicas, quando as falhas/erros nas empresas são analisados com maior rigor por parte dos órgãos de gestão ao perceberem que os resultados e objetivos propostos podem não ser alcançados.

A definição apresentada na ISA 315 – com vista a identificar e avaliar os riscos de distorção por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente, define controle interno como: “O processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável

acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspetos de um ou mais dos componentes do controlo interno.”³ Esta definição segue de perto à Estrutura Conceptual Integrada do Controlo Interno aprovada pelo COSO. Desta forma, o normativo dos auditores remete para o conceito e os objetivos do controlo interno do COSO.

De acordo com a Diretriz de Revisão/Auditoria - DRA 410⁴ a definição de SCI (Sistema de Controlo Interno) consiste na totalidade de políticas e procedimentos colocados em prática por uma organização para que os objetivos da gestão sejam atingidos, contribuindo também para a orientação ordenada e eficiente do negócio, a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos, assim como a preparação tempestiva de informação financeira fiável.

Na linha do descrito no parágrafo anterior, Almeida (1996), citado por Bordin & Saraiva (2005), apresenta também uma definição dentro do mesmo contexto, relatando que o controlo interno representa numa organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contabilísticos fiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

De outro lado Oliveira e Linhares (2006) mencionam que para uma boa gestão empresarial é necessário existirem técnicas para identificação, avaliação e controlo de riscos, não sendo possível uma boa gestão sem um controlo interno eficaz. É importante que os gestores vejam a mitigação dos riscos como uma forma de criar valor para os acionistas. Neste âmbito Chiavenato (1993) apresenta três significados para a palavra controlo numa ótica administrativa:

- **Controlo restritivo ou coercivo:** Que consiste na limitação de ações e comportamentos não aceites na organização, apresentando características negativas ou limitativas;

³ Fonte: [Isa 315 | PDF | Risco | Investimentos \(scribd.com\)](#) . Acedido em 05 de Julho de 2023

⁴ Fonte: Manual do Revisor Oficial de Contas. A Diretriz de Revisão e Auditoria 410 foi revogada, atualmente utiliza-se a ISA 315 – Norma Internacional de Auditoria: identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente.

- **Controlo regulador automático:** Que consiste nos métodos e procedimentos criados para a deteção de desvios e aplicação automática da correspondente correção para que se verifique o regresso à normalidade;
- **Controlo administrativo:** Que consiste em todo o processo administrativo, planeamento, organização e direção de processos.

Pelas definições apresentadas pode-se verificar que o controlo interno envolve toda a organização, e que é imprescindível a existência de uma boa estrutura de gestão suportada por um SCI eficaz e informação contabilística credível para que os objetivos da organização sejam alcançados. O controlo interno deve garantir a eficiência operacional e contribuir para o aumento da qualidade dos processos da entidade assim como dos seus resultados, tendo sempre em consideração as constantes alterações internas e externas ocorridas.

1.1.2 Objetivos

Conforme mencionado anteriormente, o controlo interno requer o cumprimento de vários objetivos, que passamos a enumerar⁵:

- A proteção do património, através da salvaguarda dos ativos das empresas;
- A construção de demonstrações financeiras de confiança com informação integrada aumentando o rigor e exatidão dos dados contabilísticos, assim como outras informações de natureza operacional;
- A contribuição para decisões assertivas dos órgãos de gestão, apoiando a administração na condução eficiente e ordenada dos negócios;
- A avaliação da eficiência operacional em todos os aspetos das atividades executadas e também a utilização racional dos recursos disponíveis;
- O cumprimento dos objetivos traçados pela empresa nos seus programas e operações.

Além dos objetivos previamente mencionados Fayol (1981) refere que o controlo interno tem como objetivo detetar falhas e erros que ocorrem no decurso das operações das empresas, para que possam ser corrigidos e assim evitar que voltem a acontecer. Estas

⁵ Carlos Alberto Lucas Carvalho 2014 (pag 19)

falhas podem ocorrer pelos mais diversos motivos, desde irresponsabilidade, negligência ou mesmo tentativas de fraude prejudicando gravemente o desenvolvimento da atividade e execução das operações. O autor refere também que os objetivos do controlo interno são transversais a toda a empresa nos seus diversos departamentos, como administrativo, comercial, técnico, financeiro e contabilístico.

Na mesma linha de pensamento a *Association of Chartered Certified Accountants (ACCA)* menciona no artigo *Internal Control*⁶ que o controlo apresenta várias categorias e cada uma com objetivos distintos, como mencionadas no seguinte diagrama:

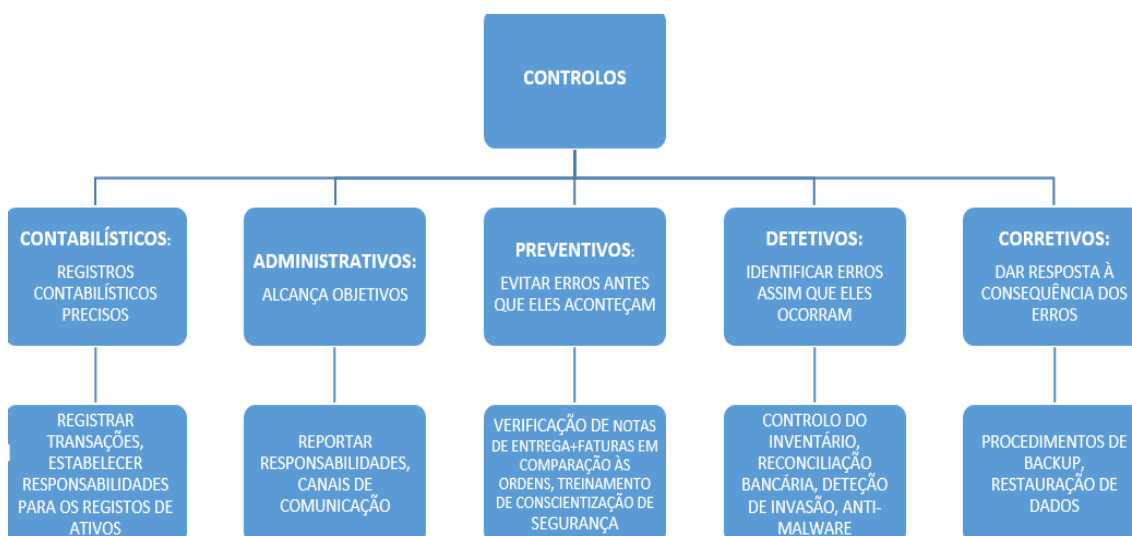


Figura 4: Categorias do controlo. Fonte: Própria, traduzido from the Association of Chartered Certified Accountants

1.1.3 Implementação do Controlo Interno e a sua Importância nas Empresas

A implementação do controlo interno é condicionada e varia de acordo ao ambiente empresarial em que está enquadrado, sendo essencial considerar o nível de atitude geral, consciencialização e ações dos órgãos de gestão e dos colaboradores para com o SCI, determinando assim a importância que lhe é atribuída.

Embora seja imposto por lei que as empresas cotadas implementem um SCI, pode-se aferir que nestas empresas a implementação de um SCI contribuirá para que os objetivos

⁶ [Internal controls | ACCA Qualification | Students | ACCA Global](#) Acedido em 11 de julho de 2023

definidos pela gestão sejam alcançados. Nesta ótica, surgem 2 trabalhos, Silva, Cecília Raquel Teixeira da Rocha Alves da (2009) na sua dissertação de mestrado sobre “A importância atribuída pelos empresários da Grande Lisboa ao Controlo Interno” e Rocha, Luís Filipe Bronze (2010) através do seu projeto de mestrado em contabilidade denominado “Sistemas de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF) no grupo EDP – Energias de Portugal” que apresentam um estudo onde se pode observar a importância desta temática.

No trabalho de Silva (2009) verifica-se que na análise feita a 33 empresas, 88% das empresas possuem ROC (Revisor Oficial de Contas), o que significa que por inerência ao seu trabalho de revisão e auditoria das contas estão alguns procedimentos de controlo interno e neste sentido estas empresas estão obrigadas a implementá-los. Também se constata que estas empresas têm contabilidade interna e que isso facilita o controlo interno contribuindo para uma maior ligação entre os sectores e maior facilidade na deteção de erros e correção dos mesmos. Este estudo demonstra também que para a generalidade destas empresas existe uma aprovação e entendimento dos órgãos de gestão em relação ao controlo interno. Por fim, a autora também refere que apesar destas empresas estarem sensibilizadas para o controlo interno ainda existem pontos que poderão ser aperfeiçoados.

Na mesma senda Rocha, (2010) no seu projeto refere como o controlo interno pode garantir a fiabilidade da informação financeira e também atribui importância à capacitação dos colaboradores para este assunto e como as tarefas desempenhadas por cada um podem afetar o resultado final, comprovando que o envolvimento de todos os departamentos da empresa em torno do sistema de controlo interno é crucial para a correta implementação e sucesso do mesmo. Contudo o autor refere que a implementação do sistema de controlo interno permitiu uma melhoria significativa, nomeadamente na fiabilidade da informação financeira e do processo de reporte da mesma.

1.1.4 Controlo Interno e a Auditoria Interna

Segundo Silva (2009), A auditoria interna inicialmente tinha como objetivo a descoberta de erros e fraudes, contudo com as mutações provocadas pelo desenvolvimento das organizações, aumentou a sua amplitude passando não só a evidenciar a natureza dos factos já passados, mas também a desempenhar uma função preventiva e orientadora.

Atualmente, as organizações atingem cada vez maiores níveis de complexidade, proveniente das necessidades relacionadas com o ambiente interno e externo onde se inserem, aumentando significativamente os seus riscos, obrigando à gestão destes e à adequada escolha dos controlos. Portanto, para fazer face aos riscos emergentes, surge, nas organizações de maior dimensão, o departamento de auditoria interna, com o intuito de contribuir para uma gestão eficaz.

O *Institute of Internal Auditors (IIA)* define a auditoria interna como “uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficiência dos processos de gestão de riscos, controlo e governança.”

A auditoria interna tem como um dos seus principais objetivos verificar se as normas internas estão a ser seguidas e avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

A auditoria interna foca-se em apoiar toda a organização de forma contínua, acrescentando valor através da ação conjunta sobre três vertentes: SCI, gestão de risco e governo das sociedades (Teixeira, 2012). Assim, a existência de um departamento de auditoria interna numa entidade é, à partida, sinónimo da existência de um controlo interno mais “rigoroso”. A existência deste departamento é vista, pelo auditor externo, como um fator importante para o seu trabalho, na medida em que lhe permitirá ter uma maior confiança nas demonstrações financeiras, sobre as quais irá trabalhar.

1.1.5 Controlo Interno e a Auditoria Externa

Ao dar início a uma auditoria externa, os auditores ainda na fase de planeamento concentram-se no conhecimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o seu controlo interno, proporcionando assim uma base para conceber e implementar respostas aos riscos de distorção material avaliados, tal como refere a ISA 315- *Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente*.

Pela observação e indagação aos funcionários o auditor poderá perceber se há implementação de um SCI, se as pessoas dão importância a esse SCI, se existe controlo e monitorização do mesmo, com a finalidade de aferir a sua qualidade. Poderá também

ser solicitado pelo auditor e disponibilizado pela entidade, caso exista, o manual de controlo interno e/ou um organigrama por departamento com descrição de funções, ou outro útil ao auditor. Em micro e pequenas entidades este manual de controlo interno praticamente não existe e mesmo em entidades com maior dimensão por vezes está guardado e desatualizado. No que diz respeito à existência de organigramas por departamento com descrição de funções estes são mais comuns, existindo em muitas micro e pequenas entidades, contudo por vezes está um pouco desatualizado. Em entidades destas dimensões este SCI é transmitido verbalmente a cada colaborador.⁷

Reunindo e trabalhando toda a informação mencionada no parágrafo anterior o auditor terá uma perceção inicial da qualidade do controlo interno implementado pela entidade, desenvolvendo então tarefas de validação de controlos em áreas chave para que possa definir um patamar de segurança para o SCI.

Com base na segurança que encontrar no SCI (existência de um bom SCI ou de um mau SCI), o auditor definirá o tipo, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria a aplicar (Terrell, 1974). Inácio, H. C. (2014) refere que as expectativas quanto à adequação do SCI são determinantes para definir a realização de testes de controlo e a quantidade de testes substantivos a realizar, porém, existem situações onde de início, é tão perceptível o baixo nível do SCI que o auditor passará logo à definição dos testes a aplicar, sem passar pela validação de controlos, tendo necessidade, neste caso, de optar por uma maior quantidade de testes substantivos.

Costa C.B. (2010) em “Auditoria Financeira – Teoria & Prática” refere que uma auditoria credível é aquela que consegue detetar distorções relevantes nas demonstrações financeiras e não expressar uma opinião inapropriada. Neste sentido o sistema de controlo interno desempenha um papel fundamental contribuindo para a mitigação do risco e possibilitando ao auditor detetar falhas ou omissões atempadamente.

1.1.6 Limitações do Controlo Interno

Um sistema de controlo interno não garante por si só o cumprimento dos objetivos descritos no ponto 1.1.2. Decorrente da própria definição de CI, este deve proporcionar

⁷ ISA 315- Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do seu Ambiente

uma segurança razoável, nunca se conseguindo atingir uma segurança absoluta, facto que se deve às limitações inerentes a todo o SCI.

De entre as muitas limitações que o controlo interno pode ter, salientamos o desinteresse por parte da gestão em manter um SCI adequado, a dimensão da empresa, a existência de erros humanos, conluio e fraudes bem como a relação custo-benefício na implementação e manutenção desse SCI. Também a existência de transações pouco usuais numa entidade, a necessidade por parte do SCI de permanente atualização bem como a utilização da informática são limitações relevantes. Vamos seguidamente salientar alguns aspetos relevantes relativos a estas limitações:⁸

Relativamente ao desinteresse por parte da gestão em manter um adequado SCI, poderíamos pensar que é um contrassenso, pois a gestão deveria ser a mais interessada nas vantagens de um SCI adequado. No entanto, nem sempre isto se verifica. Apesar de que para o SCI funcionar necessita de envolver toda a organização, é competência do órgão de gestão a sua implementação e manutenção, isto é, a decisão final compete ao órgão de gestão. Um dos objetivos do controlo interno é proporcionar dados fiáveis, através de um sistema ativo e atualizado, contudo, por vezes, o órgão de gestão não está interessado ou não está ciente da importância deste facto, estando mais interessado em ter flexibilidade na gestão dos resultados.

De outro modo, a falta de formação, de abertura e de sensibilidade do órgão de gestão pode também colocar barreiras ao completo funcionamento do sistema (principalmente em entidades de menor dimensão), por exemplo porque a implementação de medidas de controlo tem custos. Então, a própria dimensão da entidade pode funcionar como limitação do SCI. Quando se pretende implementar um SCI é importante saber qual a dimensão da entidade, pois o sistema é diferente de acordo ao número de colaboradores que a entidade possui. Essa diferença é particularmente relevante ao nível da segregação de funções – numa pequena entidade, com poucos colaboradores é mais difícil dividir as tarefas incompatíveis pelos colaboradores do que numa entidade maior, com muitos colaboradores.

A existência de erros humanos, conluio e fraudes é também uma limitação pois por mais que se reduzam as condições para a sua ocorrência não se consegue garantir a sua

⁸ Mencionado por Eunice Maria Ferreira dos Santos (2015) na sua dissertação de mestrado intitulada “O Sistema de Controlo Interno e a Qualidade da Auditoria” (pag 7-10)

eliminação. O controlo interno deverá funcionar como dissuasor à ocorrência de irregularidades e fraudes, contudo nem sempre se consegue garantir este objetivo. Essa situação depende principalmente das pessoas que trabalham na entidade, maioritariamente daquelas que exercem funções de maior responsabilidade, mas também de todas as outras. Como mencionado anteriormente no ponto 1.1.3 o envolvimento de todos os departamentos da empresa em torno do sistema de controlo interno é crucial para a correta implementação e sucesso do mesmo.

Outra limitação bastante importante é a que se refere à relação custo/benefício. Antes da tomada de decisão de implementação de qualquer SCI à entidade, o órgão de gestão deverá mensurar quais os custos em que incorrerá e quais os benefícios que poderão advir da implementação desse sistema. Em entidades de menor dimensão e com algumas dificuldades financeiras a avaliação dos custos e dos benefícios da implementação do SCI é mais frequente, verificando-se, por vezes, que, dado o nível de gastos calculados relativamente aos benefícios expectáveis a gestão assume correr mais riscos ao nível dos controlos, optando pela não implementação ou implementação de apenas alguns controlos mais básicos.

Quem “desenha” e implementa um SCI numa entidade tem por base as transações normais e correntes da entidade, logo a ocorrência de transações pouco usuais tornam-se numa limitação porque o sistema não tem resposta, nem pode ter, dado que algumas são inesperadas e outras com baixa frequência, o que implica uma adequada análise.

Outra limitação que podemos ter é a que resulta da desatualização do próprio SCI. Como vimos, ele deve manter-se acompanhado e devidamente avaliado. No entanto, podem ocorrer alterações repentinas que provoquem desequilíbrios mais ou menos persistentes. Por outro lado, há entidades nas quais a gestão implementa um SCI, por vezes até bem refinado, mas esquece-se que este tem de ser atualizado periodicamente. O sistema implementado inicialmente, embora vai dando resposta a determinadas situações, não se aplicará a tantas outras que vão surgindo, relacionadas com o sector de atividade, com o meio envolvente, entre outros. O risco que foi inicialmente reduzido com a implementação de um forte SCI vai assim aumentando à medida que este SCI vai ficando obsoleto.

A aplicação das tecnologias de informação tornou-se vital para a estratégia e processos de negócio de grande parte das entidades, revelando-se nos tempos que correm, parte

integrante de toda a organização. No entanto, ao nível do controlo interno pode apresentar-se como uma limitação. Sendo o sistema informático sinónimo de simplificação e de eficiência de processos e de informação rápida e precisa, cria, contudo, um novo risco e uma nova necessidade de controlo - o controlo eletrónico. No plano eletrónico, com bastante facilidade os ficheiros poderão ser violados e alterados pelo que, sendo os sistemas informáticos uma mais-valia, são também uma preocupação ao nível do SCI.

Por fim, Ashbaugh-Skaife et al. (2007) afirma que as empresas que divulgam deficiências de controlo interno têm operações mais complexas, mudanças organizacionais recentes, maior risco na contabilidade, mais inventários, mais renúncias do auditor e são empresas com menos recursos para investir no SCI.

1.2 A Contabilidade no Âmbito do Controlo Interno

1.2.1 Evolução

A contabilidade semelhante ao controlo interno tem a sua origem na antiguidade, mesmo antes do homem saber ler, escrever ou contar. Assim como o homem evoluiu e se desenvolveu também a contabilidade percorreu o mesmo caminho, procurando responder as necessidades que foram surgindo em consequência dessa evolução. Segundo Matos (2016), a contabilidade é tão antiga quanto a própria civilização, tendo nascido de uma necessidade prática. Numa primeira fase o homem começou por registar os seus bens e assim ter controlo sobre aquilo que hoje chamamos de património. O desenvolvimento social e humano, principalmente após a idade média, trouxe a origem da atividade económica, surgindo operações mais complexas e com maior número de itens para valorizar e registar.

Acredita-se que a contabilidade teve origem há cerca de 8000 anos. A contabilidade foi inicialmente confundida com o conceito de "conta", porque a preocupação inicial dos seres humanos era a "perda das coisas". Alguns autores, como Lopes Amorim, argumentam que todo o sistema de registo evoluiu numa altura em que a palavra escrita e os números eram desconhecidos, mas já havia implicações económicas e práticas como resultado do desejo de preservar a memória. Os factos tornaram-se cada vez mais complexos ao longo do tempo, exigindo a escrita para os recordar (Monteiro, 2004).

No início do século XV, as pessoas começaram a descobrir sobre uma nova forma de escrever que mais tarde mudaria radicalmente a contabilidade global: o método das partidas dobradas, também conhecido como digrafia. Uma das figuras incontornáveis da contabilidade Frei Luca Paccoli⁹ foi o primeiro, ao que se saiba, que divulgou o método das partidas dobradas também conhecido como digrafia – a *partita doppia* – em forma de obra impressa, sob o título *Tractatus particularis de computis et scripturis*, integrado da sua obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*, publicada em Veneza, em 10 de Novembro de 1494. Neste tratado, Pacioli declara que o maior objetivo da contabilidade é fornecer ao dono, sem demora alguma, informação sobre os seus bens (ativos) e as suas dívidas (passivo, bem como a base para a concessão de crédito)¹⁰. Este tratado permitiu um progresso notável nas organizações ao nível do registo das suas transações, como também, ultrapassar as limitações inerentes à memória humana. Outrossim, este avanço permitiu a obtenção de um meio de prova entre partes discordantes ou em litígio. (Monteiro, 2004).

O século XV caracteriza-se por um avanço significativo na cultura contabilística. Luca Pacioli estabeleceu três registos contabilísticos: borrão, o diário e a razão (Monteiro, 2004). É nesta fase que a palavra débito e crédito assumem um significado e são associadas aos registos contabilísticos. Com a divulgação da obra de Luca Pacioli (1494), é criado também uma espécie de padronização de alguns hábitos de contabilização, dado que, naquela época e na fase embrionária da contabilidade não existia regulação e neste sentido cada contabilista realizava os registos conforme entendia sem ter em atenção se outro o fazia da mesma forma e originando resultados diferentes para operações semelhantes.

As operações continuaram o seu processo evolutivo, crescendo em termos de número e de complexidade e a contabilidade entrou neste período no denominado “Contabilidade do Mundo Moderno¹¹”, que representa o terceiro patamar da evolução contabilística, depois do período “Contabilidade do Mundo Antigo¹²” e do período “Contabilidade do

⁹ Também conhecido por Luca Paciolo, Luca Paciolo ou Luca di Borgo. Italiano, viveu entre 1445 e 1517.

¹⁰ Mencionado por Borges, Antonio E José AZ em Elementos de contabilidade geral, 27ª edição 2021 (pag. 32).

¹¹ De 1494 até 1840, marcada pela obra *La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche*, da autoria de Francesco Villa.

¹² Período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o *Liber Abaci* (Livro de Abaco), de Leonardo Pisano, conhecido como Fibonacci (cabeça dura).

Mundo Medieval¹³”. De 1840 aos dias de hoje vivemos o período científico da contabilidade, no qual se assistiu ao surgimento de estudos cada vez mais exaustivos e escolas com correntes de pensamento sobre as técnicas contabilísticas e os métodos de apresentação dos resultados das operações, assim como o seu reflexo nas alterações do património das entidades.

Em Portugal destaca-se o professor Jaime Lopes Amorim, que se destacou por ser um forte interessado no tema da contabilidade, e refere Carqueja (2002) que entre 1935 e 1972 escreveu imensos artigos sobre contabilidade e publicou o seu primeiro livro de contabilidade geral em 1929. Em 1969 é publicado o livro que é considerado por Carqueja (2002) “...uma preciosa fonte de consulta sobre história da contabilidade...” com o título *Digressão através do Vetusto Mundo da Contabilidade*. Jaime Lopes Amorim contribuiu de forma preponderante para o estudo da contabilidade em Portugal e levantou diversas questões que foram discutidas pelos intervenientes da época sobre os temas do património, da situação líquida, da conta e do balanço.

Atualmente e com diversas entidades que emitem regulações contabilísticas, quer nacionais como a CNC (Comissão de Normalização Contabilística), quer internacionais como o IASB (*International Accounting Standards Board*), ou o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), a contabilidade atingiu um elevado nível de desenvolvimento e possuiu fortes regulações que permitem uma padronização global dos procedimentos aplicados nos registos das operações refletindo-se na apresentação das demonstrações financeiras, garantindo um reporte financeiro de qualidade, fiabilidade e comparabilidade. Desta forma procura-se responder às fortes exigências da sociedade atual, onde a globalização dos mercados e a evolução tecnológica permite que as operações se realizem à escala mundial originando cada vez mais um maior índice de complexidade.

1.2.2 Definição

O objetivo da contabilidade é de registar, analisar, controlar e interpretar os factos que resultam dos passivos ou dos ativos de uma entidade. A contabilidade é, portanto, considerada como um procedimento de classificação e regulação que permite a análise e

¹³ De 1202 da Era Cristã até 1494, marcada pela obra *Tractatus de Computis et Scripturis*, de Luca Pacioli.

investigação de variações contínuas nos ativos de uma entidade. Assim, a contabilidade é considerada como uma fonte indispensável de informação que deve ser atualizada a todo o momento para que os respetivos utilizadores das informações financeiras tenham uma imagem clara da situação financeira da entidade. Como resultado, a contabilidade pode fornecer informações financeiras sobre as operações das entidades e as suas atividades na sua totalidade a qualquer momento (Figueiredo, 2012).

Segundo Teixeira (2006), a contabilidade é reconhecida como uma técnica de gestão utilizada para determinar a situação patrimonial e os resultados de uma entidade.

A contabilidade é definida por uma panóplia de autores, tanto internacionais como nacionais. De acordo com a *American Accounting Association* AAA (1966), a Contabilidade é a hipótese de os titulares da informação financeira realizarem avaliações e tomarem decisões com base na identificação, avaliação e comunicação da informação económica e financeira.

Um dos grandes Mestres contabilista português, Jaime Lopes Amorim, definiu a contabilidade num panorama Patrimonialista, afirmando que "a contabilidade é uma ciência com um objetivo bem determinado (o património)".

A contabilidade é definida por muitos outros autores como "uma técnica que tinha por finalidade descrever e registar as operações que pudessem alterar a composição e o valor do património, definido este como um conjunto de meios ativos e passivos, colocados à disposição da organização para o cumprimento do seu objeto social". (Borges & Azevedo Rodrigues, 2004).

1.2.3 Procedimentos Contabilísticos

De modo geral quando se trata do tema dos procedimentos contabilísticos aquilo que é lembrado são as normas e regulações que pautam a forma como a atividade contabilística é executada, ou seja, ao nível do reporte contabilístico. As regras de mensuração, relevação e divulgação, são consideradas os procedimentos contabilísticos.

Carvalho (2014) na sua dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças intitulada "Procedimentos Contabilísticos e a sua Importância no Controlo Interno", refere que a definição de procedimentos contabilísticos na perspetiva da prática contabilística, quando

executada por pessoas de outros sectores da empresa e que têm implicações nos dados que posteriormente são utilizados pela contabilidade, é um tema pouco aprofundado.

Não obstante, Severo A.F.N. (2009) no seu relatório de estágio de mestrado em gestão intitulado “Práticas de Contabilidade” relata a importância das práticas e procedimentos contabilísticos no estágio que efetuou e como isso pode influenciar o comportamento da gestão da empresa. Neste trabalho também se pode acompanhar as diversas atividades desenvolvidas ao nível contabilístico e como estas são transversais a todos os sectores da empresa, sendo necessário a recolha de informação e o correto tratamento documental para que a informação reportada seja fidedigna e possa apoiar os órgãos de gestão na tomada de decisões. Por outro lado, a informação recolhida pode ser também uma ferramenta de consulta sempre que necessário.

Em suma, vários autores discutem a temática do controlo interno e da sua importância para a gestão das empresas, poucos relacionam que os procedimentos contabilísticos poderão contribuir para o aumento e eficácia do controlo interno. “Possuir uma informação financeira correta e atempada é essencial para auxiliar o controlo de gestão, assim como suportar o controlo e decisão da atividade empresarial” (Carvalho J. E. 2011).

1.3 Relação entre os Procedimentos Contabilísticos e o Controlo Interno

Como mencionado anteriormente, o controlo interno tem diversos objetivos que para serem alcançados exigem a implementação de uma série de procedimentos internos nos vários departamentos da empresa/organização. Por outro lado, todas as empresas são obrigadas por lei a possuir um sistema de contabilidade para dar cumprimento aos imperativos legais, nomeadamente ao apuramento dos seus impostos. A contabilidade para desempenhar as funções a que está obrigada precisa de recolher diversa informação por parte da empresa. Essas informações são tratadas e agrupadas por forma a construir um reporte que permite dar resposta a diversas exigências, quer legais, quer ao nível de tomada de decisões para os órgãos de gestão.

Neste sentido, como refere Carvalho 2014, a contabilidade é tanto mais fiável e precisa, quanto a informação recolhida na empresa. Significa que se a empresa possuir um sistema de controlo interno que permita a recolha de informações de forma organizada, estruturada, com rigor e fiabilidade, também o reporte de informação fornecido pela

contabilidade é de melhor qualidade. Cria-se, portanto, um elo de ligação entre estes dois fatores, em que um contribui para uma melhor qualidade do outro e vice-versa. Os profissionais de contabilidade são detentores de conhecimentos técnicos que podem auxiliar a empresa na implementação de procedimentos de controlo interno, contribuindo assim para a eficiência e eficácia da gestão no alcance dos objetivos propostos.

A figura seguinte pretende demonstrar a relação entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno, e como a interligação de ambos pode contribuir para o enriquecimento da informação gerada na empresa e desta forma também contribuir para a tomada de decisões e implementação de estratégias mais acertadas:

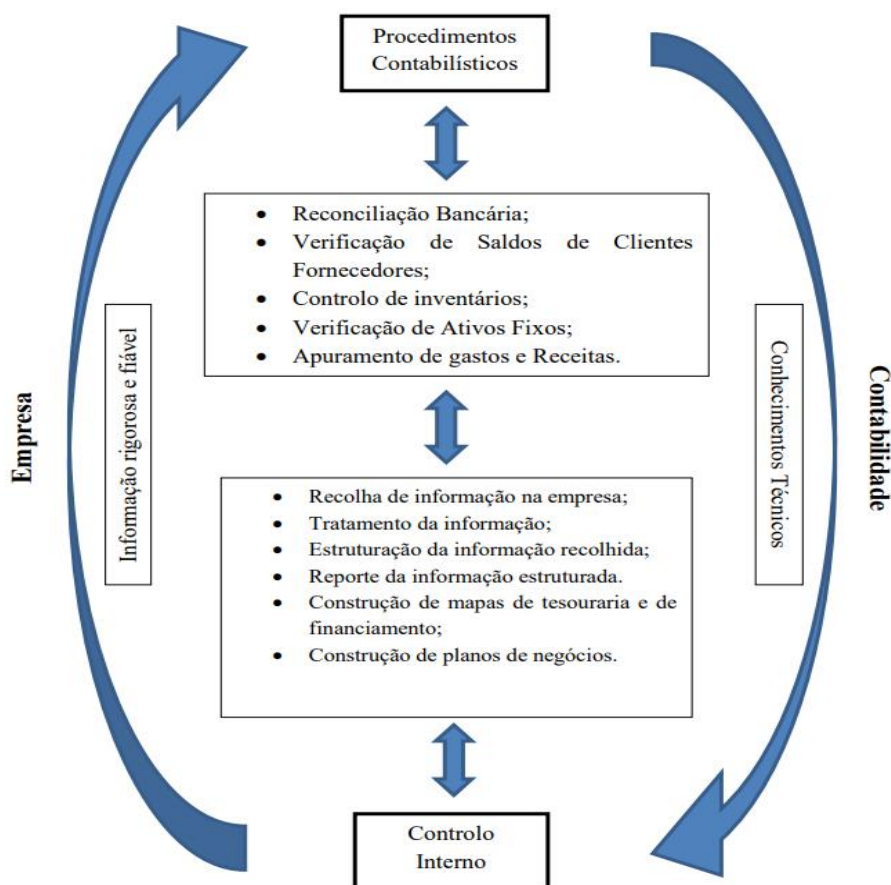


Figura 5: Relação entre o Controlo interno e os procedimentos contabilísticos. Fonte: Carlos Alberto Lucas Carvalho 2014 (pag. 34)

Finalmente, Severo 2009, no seu trabalho final do Mestrado em Gestão intitulado “Práticas de Contabilidade” descreve a importância das práticas e procedimentos

contabilísticos no estágio que efetuou e como isso pode influenciar o comportamento da gestão e o controle interno da empresa.

2 INTRODUÇÃO

De acordo com Fortin (1999), os métodos de investigação alinham-se com os diversos fundamentos filosóficos que sustentam as preocupações e as orientações de uma investigação. Em seguida apresenta-se uma síntese da metodologia de investigação e formulação do problema, finalmente identifica-se a unidade de análise, propondo as asserções e apresenta-se um modelo de análise

2.1 Metodologia de Investigação

Segundo Kumar (2019), a pesquisa é parte integrante da boa prática profissional e exerce uma influência significativa nos procedimentos e resultados obtidos na prática das mais diversas profissões. O autor também salienta que, a pesquisa e a prática são duas faces da mesma moeda que devem e não podem ser separadas. Com isto, podemos afirmar que quanto maior a integração entre pesquisa e prática numa profissão, maior será o avanço da sua base de conhecimento teórico e prático.

Já para Fortin (1999), a fase de pesquisa corresponde a uma etapa dependente da natureza do problema cujas questões de investigação são expressas sob a forma de interrogações explícitas ao problema a examinar e a analisar com o objetivo de obter novas informações e novos conhecimentos. O autor defende que o estilo da pesquisa adotado e os métodos de recolha de informação selecionados dependem da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter. Assim após uma consulta estruturada e aprofundada sobre as principais características dos diversos tipos de pesquisa, a natureza do estudo e o tipo de informação que pretendemos obter, definimos o nosso estudo.

No ponto de vista de Sousa & Baptista (2011), a investigação é um processo de elaboração de conhecimento que visa descobrir novos conhecimentos ou validar conhecimentos previamente descobertos. Este mesmo autor, afirma que existem três tipos de métodos de investigação:

1. **Quantitativo:** descreve, explica ou contextualiza o objeto em estudo através de técnicas estatísticas, confirmando ou informando as hipóteses e generalizando fenómenos e comportamentos;
2. **Qualitativo:** desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrado nos dados. Procura compreender e explicar o objeto em estudo, considerando o seu contexto histórico, tecnológico, socioeconómico e cultural;

3. Misto: inclui a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa.

Nesta senda, vem os tipos de estudos de investigação que se enquadram em quatro categorias (Sousa & Baptista, 2011):

- 1. Exploratórios:** visa reconhecer uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses ou asserções de compreensão da mesma;
- 2. Explanatórios:** visa a esclarecer o que origina o fenómeno em estudo e identificar o que afeta o mesmo;
- 3. Descritivos:** descreve de forma clara e rigorosa um dado objeto de estudo na sua estrutura e funcionamento;
- 4. Preditivos:** Prediz os resultados de um fenómeno e prevê os seus eventos e comportamentos.

Tendo em conta que o enquadramento prático do presente relatório assenta em averiguar se os procedimentos contabilísticos contribuem para a eficácia do controlo interno e ter optado pela realização de um estágio curricular, o seu desenrolar foi baseado, numa abordagem qualitativa, nomeadamente através de recolha de opiniões e execução de diversas atividades na qual serão descritas no capítulo seguinte, de forma que pudessem ser extraídas conclusões e informações validadas.

2.2 Formulação do Problema

O presente trabalho assenta na pesquisa académica, tendo como objetivo refletir os conhecimentos adquiridos e relacionar os aspetos objetivos e subjetivos da realidade que envolve o objeto da pesquisa.

Segundo Fortin (1999), as questões de investigação redigidas vêm ao espírito e respeitam aos conceitos. Esses conceitos necessitam de ser explorados, descritos e conhecidas as relações que possuem através da ligação presente entre todos.

Neste sentido, o presente relatório tem como objetivo averiguar se os procedimentos contabilísticos contribuem para a eficácia do controlo interno. A pesquisa em questão será desenvolvida através de contexto de trabalho no escritório da DKSH Portugal Unipessoal Lda, utilizando métodos qualitativos.

2.3 Unidade de Análise – Investigação Qualitativa

Schütz (1982), afirma que o uso do senso comum na pesquisa qualitativa empírica não é um problema, pelo contrário é o procedimento correto, porque é sobre o mundo da vida que se processam tais estudos. O reconhecimento do seu valor parte do princípio de que no mundo da vida, cada pessoa possui um corpo de conhecimentos e experiências, fruto da sua forma de pensar, sentir, comportar-se e relacionar-se. Esse saber prático orienta a forma de enfrentar problemas, planejar o dia-a-dia e projetar o futuro. A sedimentação das experiências e vivências do indivíduo e de seu grupo social adquiridas ao longo da existência é denominada por “stock de conhecimentos”.

O estudo a efetuar terá como base, uma pesquisa qualitativa, na qual os métodos utilizados ao longo do trabalho serão: a observação através da presença do investigador no local de recolha dos dados, utilizando métodos de categorias descritivos ou narrativos e execução de tarefas propostas pela entidade acolhedora.

2.4 Construção das Asserções

Durante o desenvolvimento do estágio, buscou-se obter conclusões sobre a questão inicial, tendo por base os conhecimentos adquiridos ao longo dos estudos e pesquisas efetuadas na elaboração da revisão da literatura, bem como, os conhecimentos adquiridos em contexto de estágio.

De forma a garantir uma resposta para o estudo desta pesquisa, é necessário a formulação das asserções. Assim, uma das fases essenciais deste estudo passa pela elaboração das questões de investigação e da construção das asserções de análise que se encontram detalhadas de seguida:

Asserção	Pergunta
A1: A contabilidade é essencial para a gestão de risco da organização.	P1: Os procedimentos contabilísticos podem contribuir para a eficácia do controlo interno e do reporte da informação financeira?
A2: Os procedimentos de Controlo interno minimizam o risco da organização.	P2: Até que ponto a contabilidade consegue dar resposta aos objetivos do controlo interno? P3: Será que se pode dizer que os procedimentos de controlo interno ajudam a enfrentar o risco?

Tabela 1: Construção das Asserções de Análise

2.5 Modelo de Análise

A fase de construção do modelo de análise constitui a ligação entre a problemática fixada pelo investigador e o seu trabalho de esclarecimento sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso (Quivy e Campenhoudt 2005).

O modelo de análise traduz-se no prolongamento da problemática, de uma forma gráfica ou narrativa, as dimensões essenciais a serem estudadas e as presumíveis relações que se estabelecem entre elas.

A1- A contabilidade é essencial para a gestão de risco da organização

Com a globalização e o avanço da tecnologia, as empresas ficaram mais expostas à vários tipos de riscos. De facto, é crucial que o contabilista e toda a organização estejam capacitados para dar resposta a tais riscos, e aumentar a eficácia do controlo interno. A informação contabilística é processada dentro da organização traduzindo por último os bons controlos aí implementados.

A2- Os procedimentos de controlo interno minimizam o risco da organização.

Assim todos os procedimentos de controlo interno elaborados a partir das assunções do COSO (seja o Cubo inicial seja o COSO – ERM, 2017) devem ajudar a prevenir ou

mitigar riscos permitindo uma divulgação das demonstrações financeiras mais credíveis perante os *stakeholders*.

Relação entre A1 e A2

Desta forma A1 e A2 (poder-se-ia dizer que paritárias em 50% cada) estão interligadas pois para gerir bem uma organização temos que ter números credíveis e livres de erros, ausente de fraudes, ou seja, o risco de esta informação não ser correta deverá ser o menor possível ou, por outras palavras, revelar apenas um risco aceitável.

Durante a realização do estágio, pretende-se averiguar se os procedimentos contabilísticos se relacionam com a eficácia do controlo interno.

CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

3 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é expor as tarefas realizadas ao longo do estágio, demonstrando assim a aplicação na vertente prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico.

Inicialmente, será feita uma breve apresentação da entidade onde foi realizado o estágio, e, posteriormente, serão então descritas as atividades desenvolvidas.

3.1 Entidade Acolhedora

O Estágio foi realizado entre 14 de Abril de 2022 à 14 de Outubro de 2022, na DKSH Portugal, Unipessoal, LDA sendo esta uma empresa de Serviços de Expansão de Mercado, reconhecida por possuir uma equipa de vendas altamente especializada cujo principal objetivo é dar uma resposta profissional às necessidades dos seus clientes, fornecendo uma gama renovada de especialidades químicas.

3.1.1 História da Empresa e suas Características

A Jornada DKSH começou em 1865. As vastas e inexploradas oportunidades da Ásia encorajaram três empreendedores suíços aventureiros a viajar para o desconhecido (Caspar Brennwald, Wilhelm Heinrich Diethelm e Eduard Amton Keller). Neste mesmo ano Caspar Brennwald fundou uma empresa no Japão, em 1887 Eduard Keller comprou a empresa C. Lutz & Co nas Filipinas, e no mesmo ano Wilhelm Diethelm comprou a empresa Hooglandt & Co.Ltd em Singapura. Os três fundadores criaram fortes legados para a geração seguinte, mas o século XX apresentou desafios formidáveis. Em Junho de 2002 surgiu o Grupo DKSH, resultado da fusão entre as três empresas, reinventando a empresa comercial convencional e criando uma nova categoria distinta: Serviços de Expansão de Mercado. Listada na “SIX Swiss Exchange”, a DKSH é uma empresa cotada em bolsa (Bolsa de Zurich), e opera em 37 mercados com 32.600 especialistas, gerando vendas líquidas de CHF 11,3 bilhões em 2022.

Visão

“A nossa visão é ser o parceiro de confiança para empresas que procuram expandir os seus negócios na Ásia e não só”.

Missão

“O propósito da DKSH é enriquecer a vida das pessoas, fornecendo acesso a bens e serviços. Alinhados com a nossa visão de ser o parceiro confiável, ajudamos as empresas a crescer na Ásia e além, nas nossas unidades de negócios: Bens de Consumo, Saúde, Materiais de Desempenho e Tecnologia”.

3.2 DKSH Portugal

A DKSH estabeleceu-se em Portugal em Junho de 2014 através da aquisição da Zeus Química, Lda., uma filial da Zeus Química, S.A. em Espanha.

A DKSH Portugal leva a cabo as suas atividades através de quatro linhas de negócio industriais:

- Alimentação e Bebidas;
- Cuidados Pessoais;
- Farmacêutica; e
- Especialidades Químicas.

3.3 Trabalho Desenvolvido

O presente estágio teve a duração de seis meses, na qual a candidata desempenhou a função de assistente de contabilidade, assistia a Country Finance and Administrative Manager na gestão das operações diárias, tal como: elaboração de relatórios financeiros, incluindo a implementação de procedimentos contabilísticos e controlo interno e encerramento de contas.

Antes de avançar para uma breve explicação das tarefas efetuadas no estágio, importa perceber quais as ferramentas utilizadas pela DKSH Portugal para o trabalho de Contabilidade e Gestão de Finanças e como as mesmas se organizam. A empresa utiliza um *software* chamado *SAP* “*Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung*”, onde todo o trabalho de contabilidade é processado e arquivado. A DKSH é um grande grupo empresarial que está em vários países, por esta razão, os registos contabilísticos no *software SAP* são feitos por uma equipa específica (*BPO – Business Process Outsourcing*), que executa os lançamentos contabilísticos de todo o grupo DKSH, evitando assim, erros e custos com várias licenças. O *software SAP* é substituído por plataformas tecnológicas que importam/exportam a base de dados de SAP

e cujo custo é significativamente mais baixo. Estas aplicações são de extrema importância na execução de diversas tarefas, como por exemplo:

- **K2:** Esta plataforma é utilizada para submeter os lançamentos contabilísticos onde se anexa documentos internos com layout próprio do registo contabilístico;
- **GAPIM:** Plataforma utilizada para a criação de encomendas de compras (*purchase order*);
- **Serena:** Plataforma onde diretamente pode-se enviar pedidos ao BPO para a realização de uma transação no sistema. Como por exemplo, limpar uma conta, reversão de um documento, reporte de um incidente; etc.
- **VMM:** Plataforma utilizada na criação de novos fornecedores e alteração dos dados de fornecedores.
- **CCM:** Plataforma utilizada na criação de novos clientes e alteração dos dados de clientes
- **HFM:** *Oracle Hyperion Financial Management*, ou HFM, é um aplicativo de consolidação financeira e relatórios projetado para ser usado e mantido pela equipa financeira. Ele fornece a capacidade de consolidar e relatar rapidamente resultados financeiros, atender aos requisitos regulatórios globais, reduzir o custo de conformidade e proporcionar confiança nos números.
- **Power BI (Business Intelligence):** fornece visualizações interativas e recursos de business intelligence (BI) em uma interface para que os usuários finais criem relatórios e dashboards personalizados. O serviço possui a função de carregar visualizações personalizadas através do AppSource, acesso à informação em tempo real e em qualquer aplicativo móvel, uso empresarial, atualização mensal com novas funções e facilidade de uso.

Todos os pedidos feitos em cada plataforma, geram um fluxo de trabalho de aprovações para verificação e controlo dos pedidos. Todavia, é relevante salientar que o *software SAP* está associado a outras plataformas de ajuda aos *controllers* e gestores, porém as plataformas acima mencionadas são as que mais foram usadas no decorrer do estágio. O *software* permite o controlo sobre a contabilidade geral da empresa, oferece a possibilidade de gerar indicadores financeiros e todo o tipo de relatório, além disso, inclui funcionalidades como, por exemplo, a contabilidade de ativos, monitorização de contas a pagar e receber, conciliações bancárias e de contas, assegurando assim, um reflexo real dos movimentos financeiros e contabilísticos. Complementarmente, o Microsoft Office,

com maior destaque para o Excel, é a outra ferramenta informática que a entidade utiliza para a realização do seu trabalho. Exemplificando, o *SAP* permite exportar dados para o Excel que são necessários diariamente para análise e comparação da informação financeira. Os registos contabilísticos são também arquivados em cópia impressa cumprindo assim o artigo 40º do código comercial.

Tratando-se de uma multinacional, a contabilidade é feita de acordo com as normas locais SNC e simultaneamente de acordo com as normas internacionais IFRS. A simultaneidade é garantida pelo software *SAP* cujo setup foi ajustado a esta realidade, ficando assim garantidas as necessidades de reporte a nível local e global.

De seguida serão abordadas as atividades efetuadas ao longo do estágio:

3.4 Implementação de Procedimentos Contabilísticos

Como mencionado no ponto 1.2.3. de modo geral quando se trata do tema dos procedimentos contabilísticos aquilo que é lembrado são as normas e regulações que pautam a forma como a atividade contabilística é executada, ou seja, ao nível do reporte contabilístico. As regras de mensuração, relevação e divulgação, são consideradas os procedimentos contabilísticos.

Contudo, pretende-se neste relatório de estágio desenvolver uma abordagem diferente a este conceito. No decorrer do estágio procurou-se realçar a importância dos procedimentos contabilísticos para a eficácia do controlo interno. As áreas de maior enfoque foram as seguintes:

- Sector de compras e vendas
 - Conferência e registo de faturas
- Área financeira
 - Controlo de contas correntes;
 - Conferência de bancos
 - Classificação de documentos e registos contabilísticos

3.4.1 Modo de Organização da Contabilidade

FRANCO (1997, p.21), define a contabilidade como a ciência que estuda os fenómenos ocorridos no património das entidades, por meio de registo, classificação, demonstração expositiva, análise e interpretação desses factos, com o fim de oferecer informações e

orientações – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do património, suas variações e o resultado económico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. Desta frase podemos afirmar que o processo contabilístico abrange algumas etapas embora comuns, são indispensáveis, e requer igualmente circunspeção tanto no tratamento como na interpretação da informação.

O processo acima mencionado começa com a receção de documentos que é efetuado pelas funcionárias do departamento de finanças, não esquecendo que é imprescindível verificar atentamente se os documentos cumprem os predicados legalmente exigidos e dispostos no artigo nº 36º do CIVA (Prazo de emissão, formalidades das faturas e documentos equivalentes), e com as normas do grupo DKSH, brevemente aqui traduzidos:

- Nomes e números de identificação fiscal obrigatórios;
- Fornecedor e cliente;
- Quantidade e denominação dos bens transacionados e/ou dos serviços prestados, (O preço, líquido de imposto, e outros elementos incluídos no valor tributável);
- As taxas de IVA, reduzida, intermédia e normal, e os montantes de imposto correspondentes;
- A justificação da isenção da aplicação deste imposto quando seja esse o caso;
- A data da disponibilização dos artigos ou da execução do serviço; e o
- Número da encomenda, que faz parte das normas do grupo.

Seguidamente à verificação procede-se ao lançamento do documento no sistema. Como mencionado anteriormente, os lançamentos contabilísticos são feitos por uma equipe específica, porém é preciso classificar e submeter os documentos nas plataformas Serena e/ou K2 para que os lançamentos contabilísticos sejam registados no sistema. Sendo uma multinacional, a empresa obedece um plano de contas do grupo DKSH a qual está associado ao plano de contas local, de forma a cumprir com as normas e leis nacionais. Por esta razão a organização e lançamento dos documentos é feita de maneira distinta do que é mostrado em nosso SNC, a contabilidade da empresa não está organizada por diários, os documentos contabilísticos são arquivados apenas pelo número de lançamento, contudo cada tipo de registo tem uma série associada. Ex. Recebimentos de clientes - série 14.

3.4.2 Compras

Na empresa onde decorreu o estágio há duas áreas de compras:

- Compras aos fornecedores de mercadorias; e
- Compras aos fornecedores de serviço/ativos

As compras aos fornecedores de mercadorias não foi uma tarefa desenvolvida por mim no decorrer do estágio. Entretanto, tive a responsabilidade de acompanhar o processo de compras aos fornecedores de serviços/ativos. O processo de compras aos fornecedores de serviços/ativos começa com a criação de uma encomenda (*Purchase order*), e termina com o registo e pagamento da fatura.

Criação da encomenda (*Purchase order*)

Geralmente as encomendas de serviços/ativos são criadas no princípio do ano, pelos departamentos de finanças e de compras ou a cada momento que surja uma nova necessidade e mediante a apresentação do orçamento. O orçamento de cada encomenda é feito com base no budget aprovado pelo management do grupo, e são aprovadas pelos órgãos de gestão local e global de acordo com os limites de autoridade através da plataforma GAPIM, mencionada no ponto 3.3 deste relatório.

O processo da criação de encomendas é uma ferramenta elementar para a gestão e para a garantia e controlo do orçamento, assim como para a mitigação do risco de fraude. Há uma regra interna de que a data da PO tem que ser anterior à data da fatura. O número de cada PO é comunicado ao fornecedor imediatamente após a sua criação para que conste na fatura a ser emitida por este. Todos os fornecedores são previamente informados deste requisito da DKSH. Os fornecedores que não cumprem são penalizados com um atraso de 10 dias no pagamento. As encomendas são geridas em SAP e a qualquer momento é possível saber a posição à data.

Registo e pagamento da fatura

Depois de feita a encomenda ao fornecedor e recebido o produto ou serviço, a fatura é verificada e registada em SAP, e liquidada de acordo com os termos de pagamentos acordados com o fornecedor em ciclos de pagamentos semanais. A tesouraria está centralizada em Singapura e semanalmente é enviada a proposta de pagamentos a efetuar aos fornecedores para ser revista e aprovada pelo CFM local.

3.4.3 Vendas

O processo de vendas, não foi uma tarefa desenvolvida por mim no decorrer do estágio, porém, tive a oportunidade de observar parte deste processo. A empresa efetua dois tipos de vendas:

- Vendas de mercadorias; e
- Vendas à comissão (prestação de serviços)

O processo de vendas de mercadorias começa com o registo de uma nova encomenda de cliente (*Sales order*) efetuado pela assistente de vendas responsável pelo acompanhamento do cliente em causa. Na empresa onde decorreu o estágio, cada assistente de vendas tem uma carteira de clientes, o que permite um melhor entendimento e compreensão das atividades realizadas, bem como das práticas e métodos de organização. No entanto, todas as assistentes de vendas estão aptas a trabalhar com qualquer carteira de clientes. A meu ver, essa política é bastante positiva uma vez que se traduz em competência e eficácia nos serviços específicos prestados. É importante salientar que as vendas à comissão é uma atividade bastante significativa para a empresa, porém, como mencionado anteriormente não foi uma tarefa executada por mim.

3.5 Controlo Interno e Gestão do Risco

“Can we know the risks we face, now or in the future? No, we cannot, but yes, we must act as if we do”¹⁴.

O conselho administrativo é responsável pela adequação e eficácia dos processos de gestão de risco e do controlo interno do grupo, para proteger os ativos do grupo e salvaguardar os investimentos dos acionistas. A gestão dos riscos e os controlos internos estão integrados nos sistemas de gestão do grupo, que vão desde os processos de planeamento da atividade, a gestão das relações com os clientes, até à execução da atividade diária do grupo. O sistema de controlo interno do grupo foi concebido para gerir e controlar os riscos dentro da apetência pelo risco aceitável, e não para os eliminar completamente. Devido às limitações inerentes aos controlos internos, o sistema só pode

¹⁴ Douglas, M., Wildavsky, A. (1983)

fornecer garantias razoáveis, mas não absolutas, contra declarações materiais, perdas ou fraude.

O órgão de gestão assiste o conselho administrativo na implementação e no desenvolvimento contínuo do sistema de gestão de riscos e de controlo interno do grupo. Por conseguinte, o órgão de gestão estabeleceu uma análise regular dos riscos e um registo dos riscos do grupo, bem como um sistema de controlo interno documentado, que está sujeito a revisão. O órgão de gestão também avalia e identifica regularmente os principais riscos e estabelece planos de ação para melhorar os controlos e reduzir os riscos.

O grupo mantém um SCI formalmente documentado que se centra nos riscos financeiros e operacionais mais críticos, este sistema está em vigor há mais de dez (10) anos e tem sido objeto de revisões e de testes regulares pela gestão desde o seu início, enquanto os riscos relevantes para a informação financeira são revistos e avaliados pelos auditores externos. A empresa é auditada por uma entidade externa duas vezes ao ano, sendo a primeira auditoria feita em Setembro e a segunda em Janeiro depois do fecho do ano. A gestão fornece ainda garantias sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno através de certificações anuais.

Alinhado com os objetivos do grupo, foi estabelecido um quadro de gestão de riscos para promover a gestão eficaz dos riscos e melhorar o processo de governação empresarial. Foram também implementadas várias componentes de controlo interno para ajudar o conselho administrativo a manter a eficácia do controlo interno:

- **Relatórios Financeiros:** Os relatórios financeiros mensais e de fim de ano são fornecidos ao órgão de gestão e ao departamento financeiro para análise e discussão, bem como ao grupo internacional DKSH na Suíça para controlo.
- **Controlo de Crédito:** A DKSH rege-se por uma política de análise de risco e gestão de crédito criteriosa. Todas as vendas a crédito estão garantidas por uma apólice de seguro de crédito.
- **Gestão de Inventário:** As necessidades são definidas por um MRP (*Material Requirements Planning*), avaliadas e aprovadas via Workflow na plataforma SAP. Estão implementados controlos rigorosos para os inventários, nomeadamente análise trimestral do aging de stocks, controlo dos prazos de validade. A regra de movimentação utilizada é o FEFO (*First expire, first out*). Executam-se contagens

de ciclo regulares. Anualmente é feita uma contagem integral monitorizada pela equipa de auditora externa.

É importante salientar que para além das componentes de controlo interno mencionadas anteriormente, a empresa tem em vigor outras componentes de controlo interno, como por exemplo:

- Código de conduta;
- Política anti suborno e anticorrupção;
- Política antifraude;
- Plataforma de comunicação de fraude e não conformidade;
- Manuais de todas as atividades fundamentais, nomeadamente: manual de finanças; manual de tesouraria; manual de controlos internos; manual operacional de inventários; manual de reconciliação IFRS vs Local GAAP vs. Statutory Report; Group Tax Policy; manual de tesouraria; etc. Todas as políticas, manuais, *Guide Lines*, estão disponíveis a todos os colaboradores na Intranet da DKSH.

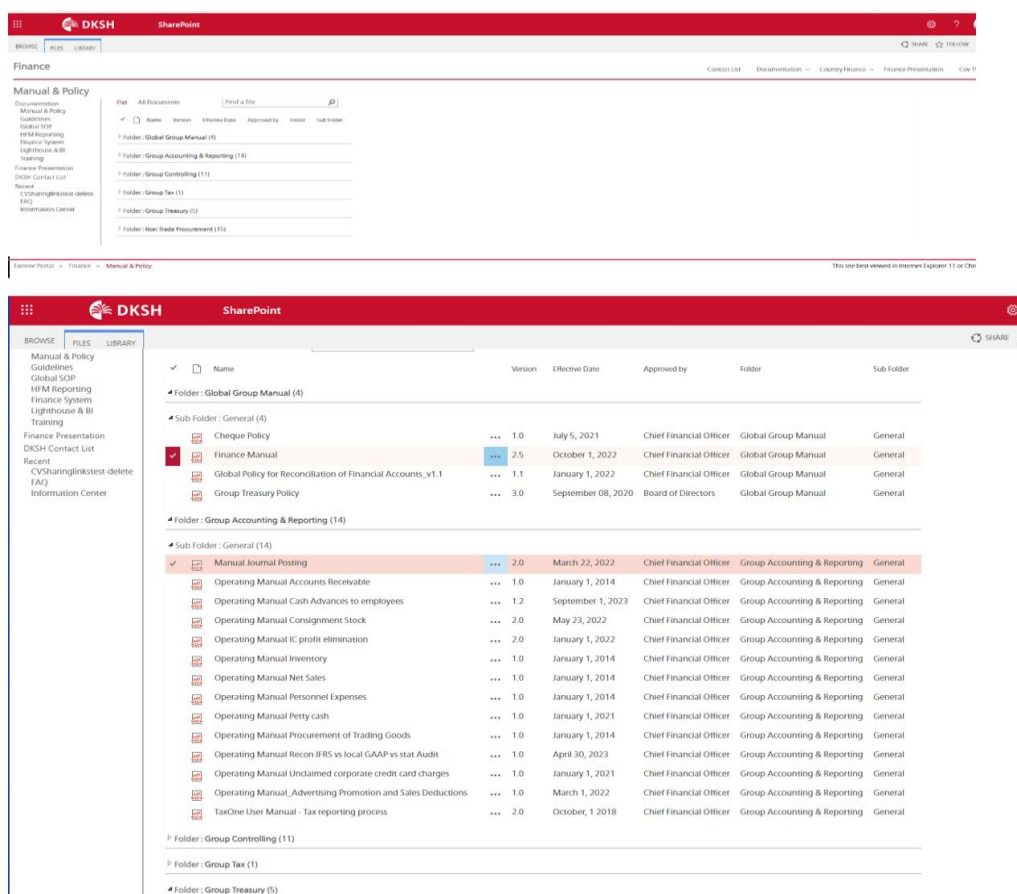


Figura 6: Intranet da DKSH onde estão disponíveis manuais de todas atividades. Fonte: DKSH SharePoint.

A gestão de risco do grupo engloba os seguintes elementos:

- **Registo de Riscos:** O Grupo revê regularmente o seu sistema de gestão de risco e os registos de riscos relacionados, que são orientados pelos princípios e diretrizes da gestão de risco ISO 31000. Este sistema de gestão de risco inclui riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade, bem como planos de ação claramente definidos.
- **Tesouraria:** O departamento de tesouraria segue rigorosamente a política de tesouraria da DKSH e é monitorizado pelo Centro de Tesouraria Corporativa em Singapura. O grupo executa uma política de risco financeiro conservadora e efetua a cobertura de riscos cambiais significativos relativos às contas a pagar e a receber.
- **Seguros:** O grupo cobre e transfere certos riscos de exposição, assegurando-os com base nas diretrizes da Política de Riscos e Seguros do grupo.

Os riscos inerentes à empresa identificados no decorrer do estágio são os seguintes¹⁵:

3.5.1 Risco Cambial

Por ser uma empresa multinacional, são frequentes as transações comerciais (Compra e/ou venda de mercadorias), em moeda estrangeira. Para a gestão deste risco a DKSH utiliza os seguintes mecanismos:

1. Tenta o máximo possível comprar em moeda local para mitigar o risco cambial.
2. Todas as compras/vendas em moedas estrangeiras devem ser cobertas por contratos de câmbio a prazo.

3.5.2 Risco de Fraude:

A fraude pode ser interna (quando praticada por um colaborador da empresa), e externa (quando praticada por terceiros). Para a gestão do risco de fraude a DKSH usa os seguintes mecanismos:

1. Segregação de tarefas.
2. Aplicação obrigatória das regras internas.

¹⁵ Manual da DKSH: DKSH formação de finanças operacionais, pag. 71-72

3. Proteção contra ataques informáticos.

4. Formação continua dos colaboradores com reciclagem trimestral para as funções mais expostas ao risco e de periodicidade mais alargada para as outras funções.

3.5.3 Risco Legal:

O risco legal é a possibilidade de algum problema relacionado à legislação ou à justiça prejudicar as atividades da entidade, como por exemplo, o não cumprimento de normas jurídicas. Para a gestão deste risco a DKSH disponibiliza aos seus colaboradores o Código de Conduta, que fornece orientações específicas sobre como agir nas atividades do cotidiano e praticar os valores da empresa, para além de ter um departamento jurídico próprio com uma equipa de advogados que dão todo o suporte necessário às empresas do grupo, ainda assim, é frequente recorrer-se a consultores legais externos. Todas as empresas do grupo mantêm avenças com advogados locais que apoiam os advogados internos do departamento legal da DKSH.

3.5.4 Risco de Crédito

Como mencionado no ponto 3.5, a DKSH rege-se por uma política de análise de risco e gestão de crédito criteriosa. Todas as vendas a crédito estão garantidas por uma apólice de seguro de crédito. O limite total de crédito concedido a cada cliente, por regra, é idêntico à garantia concedida pela seguradora. No entanto há exceções, nomeadamente clientes cujo envolvimento é muito elevado e a companhia limita a garantia por cúmulo de risco da própria seguradora. Nestes casos, a DKSH faz a sua análise de risco utilizando as ferramentas que tem ao seu dispor, e algumas vezes solicitando informação ao cliente. Se a conclusão da análise for positiva é atribuído um limite total de crédito superior à garantia concedida pela seguradora de crédito. Os clientes nestas circunstâncias são alvo de revisão de limite de crédito com uma periodicidade mais curta e colocados em vigilância ativa. Clientes cuja seguradora de crédito não concede garantia é-lhes atribuída a condição de pagamento antecipado por transferência bancária. A DKSH não aceita como forma de pagamento cheques pré-datados ou letras bancárias.

No momento do registo de encomendas de cliente em SAP, o sistema verifica o limite total de crédito, os valores em aberto em conta corrente e as condições de pagamento atribuídas pela DKSH à entidade compradora. Se o limite de crédito estiver ultrapassado

e/ou existirem documentos vencidos em aberto, a encomenda fica bloqueada para expedição. A libertação dessas encomendas é feita exclusivamente pelo Departamento Financeiro. No caso de clientes com condição de pagamento adiantado, a assistente de vendas emite e envia uma fatura proforma ao cliente a solicitar o pagamento. A libertação destas encomendas também é feita exclusivamente por finanças após boa cobrança. Ao contrário das restantes empresas do Grupo DKSH, a DKSH Portugal emite as faturas de vendas localmente devido aos requisitos locais de certificação e comunicação de documentos à Autoridade Tributária. Os serviços centrais - BPO, estão localizados em Kuala Lumpur pelo que a diferença horária gera incompatibilidades com os servidores da Autoridade Tributária.

A gestão de cobranças a clientes é da responsabilidade dos assistentes de venda. Cada ação de cobrança e respetivo feedback do cliente é registada em SAP. O planeamento da tesouraria é feito com base nessa informação. Bissemanalmente é feita uma reunião com toda a equipa de vendas onde se faz um ponto de situação e discutem os casos críticos, definindo-se estratégias de cobrança e ações a desenvolver. É divulgada diariamente às assistentes de vendas pelo departamento de finanças os recebimentos realizados, devido ao atraso da atualização das contas correntes provocado pela diferença horária entre a localização do BPO e a DKSH Portugal.

3.6 Auditoria Interna

A função de auditoria interna, que é independente, procede a uma análise regular, objetiva e sistemática do sistema de controlo interno, da gestão do risco e dos processos de governação do grupo, de modo a fornecer uma garantia razoável de que o sistema continua a funcionar de forma satisfatória e eficaz no grupo. As constatações e medidas corretivas são regularmente comunicadas ao Comité de Auditoria.

O SCI é gerido através da plataforma **ENABLON**- Sistema de controlo interno baseado na nuvem. Permite que os utilizadores criem planos de ação e garantam o acompanhamento adequado com recurso a relatórios integrados, envolvendo assim, toda a organização na gestão do controlo interno. Os controlos são solicitados aos responsáveis de cada área, como por exemplo, as assistentes de vendas são responsáveis pelos controlos de vendas, compras de mercadorias, e gestão de documentação técnica; é obrigatório

demonstrar evidências de que tais controlos estão a ser praticados na empresa. A figura seguinte demonstra a plataforma **ENABLON** e alguns controlos solicitados à CFM:

Entity	Campaign	Control No.	Control Name	Completion Status	Control Owner	What is your maturity level	Sample Documents
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.4.1.01	E-banking ID controls	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.4.1.01_E-banking ID controls_Sample1.msp
PT.CS.CS	ICS 2023	C06.3.1.01	Deferred tax working papers	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C06.3.1.01_Deferred Tax Working papers_ClosingBalances.xlsx
PT.CS.CS	ICS 2023	C07.2.1.01	Invoice issue process	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C07.2.1.01_Invoice issue process_traceability.pdf; C05.4.1.01_E-banking ID controls_Sample1.msp
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.1.1.02	Derivative arrangement management	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.1.1.02_Derivative arrangement management_MANUAL1.pdf; C05.1.1.02_Derivative arrangement management_necessidades a 4.5.2023.xlsx
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.4.1.02	E-banking User rights review	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.4.1.02_E-banking User rights review_Sample1.msp
PT.CS.CS	ICS 2023	C07.1.1.02	Aged receivable process	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C07.1.1.02_Aged receivable process_Sample1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C03.3.1.03	Unclaimed corporate credit card charges	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C03.3.1.03_Unclaimed corporate credit card charges_EEC Report-Sample.xlsx; C03.3.1.03_Unclaimed corporate credit card charges_EEC Dashboard-Sample1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.2.1.03	Financial exposure management	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.2.1.03_Financial exposure management_necessidades a 4.5.2023-Sample1.xlsx; C05.2.1.03_Financial exposure management_MANUAL1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C07.1.1.03	Doubtful debt assessment	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C07.1.1.03_Doubtful debt assessment-Sample1.pdf; C07.1.1.03_Doubtful debt assessment_Sample2.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C08.1.1.03	Accruals for non invoiced goods/services	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C08.1.1.03_Accruals for non invoiced goods-services_Sample1.pdf; C08.1.1.03_Accruals for non invoiced goods-services_Sample2.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C03.3.1.04	Corporate credit card application	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C03.3.1.04_Corporate credit card application-Sample1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C03.1.1.05	Key GL Account management	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C03.1.1.05_Key GL Account management_DKSH - Entidades a circularizar 2022_CONTROLO_Sample1.xlsx; C03.1.1.05_Key GL Account management-Sample2.pdf; C03.1.1.05_Key GL Account management - inventario associado-Sample3.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.1.1.05	Cash Flows forecasts	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.1.1.05_Cash Flows forecasts_PT Tactical CF FCT Jun30 - Revised-Sample1.xlsx
PT.CS.CS	ICS 2023	C03.3.1.04	Corporate credit card application	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C03.3.1.04_Corporate credit card application-Sample1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C03.1.1.05	Key GL Account management	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C03.1.1.05_Key GL Account management_DKSH - Entidades a circularizar 2022_CONTROLO_Sample1.xlsx; C03.1.1.05_Key GL Account management-Sample2.pdf; C03.1.1.05_Key GL Account management - inventario associado-Sample3.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.1.1.05	Cash Flows forecasts	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.1.1.05_Cash Flows forecasts_PT Tactical CF FCT Jun30 - Revised-Sample1.xlsx
PT.CS.CS	ICS 2023	C03.1.1.06	Statutory accounts process	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C03.1.1.06_Statutory accounts process_Recon YE 2022_SAP IFRS vs. SAP Local GAAP vs. Statutory Audit_Sample1.xlsx; C03.1.1.06_Statutory accounts process_Sample1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.1.1.06	Opening and reporting of Bank accounts	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.1.1.06_Opening and reporting of Bank accounts_Actualização de intervenientes_Sample1.msp; C05.1.1.06_Opening and reporting of Bank accounts_DEUTSCHE BANK Portugal Account closure-Sample2.msp
PT.CS.CS	ICS 2023	C06.1.1.07	Risk/Exposure provisions	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C06.1.1.07_Risk-Exposure provisions-March 2023_Month-End Tax Audit Status Updates-Sample1.msp; C06.1.1.07_Risk-Exposure provisions-Sample1.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C08.1.1.07	Old Vendor Balance	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C08.1.1.07_Old Vendor Balance_PT - Aged advance open items as of April 2023-Sample1.msp; C08.1.1.07_Old Vendor Balance_PT - Aged advance open items as of March 2023-Sample2.msp
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.1.1.08	Bank mandate management	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.1.1.08_Bank mandate management_Actualização de intervenientes_Sample1.msp
PT.CS.CS	ICS 2023	C06.1.1.08	Tax disputes	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C06.1.1.08_Tax disputes_Sample1.pdf; C06.1.1.08_Tax disputes_Sample2.pdf
PT.CS.CS	ICS 2023	C05.1.1.09	Bank mandate signatures	Completed	Susana Silva	Level 3: Control in place and SOP	C05.1.1.09_Bank mandate signatures_Sample1.msp; C05.1.1.09_Bank mandate signatures - BP_Sample1.pdf

Figura 7: Plataforma **ENABLON** e alguns controlos solicitados à CFM. Fonte: DKSH SharePoint

Esta plataforma também permite que os gestores estabeleçam trilhas de auditoria e reuniões para desenvolver melhores práticas e compartilhá-las entre os locais de trabalho. Os gestores podem definir e acompanhar objetivos de toda a organização.

O departamento de auditoria interna desenvolve as seguintes atividades:

- Auditorias operacionais, financeiras e de conformidade, bem como investigações de fraude;
- Acompanhamento da aplicação das recomendações e/ou medidas corretivas da administração na resolução de problemas com base nas conclusões da auditoria;
- Realização de consultas ad-hoc e análises operacionais a pedido do Comité de Fiscalização e/ou do órgão de gestão.

- Controlo do desenvolvimento e aplicação de Planos de Ação.

Nota: *O descritivo deste relatório de estágio foi comprovado pela tutora de estágio – Dra Susana Silva, Country Finance and Administrative Manager da DKSH Portugal.*

CAPÍTULO IV – RESULTADOS ENCONTRADOS E CONCLUSÃO

4 Resultados e conclusão

4.1 Resultados

Os resultados obtidos e descritos neste ponto resultam das atividades desenvolvidas no decorrer do estágio curricular realizado na DKSH Portugal, o objeto de estudo incidiu sobre os procedimentos contabilísticos e sua importância no controlo interno, procurando evidenciar o contributo dos primeiros para o melhor funcionamento do último. A escolha recaiu sobre o estágio por acreditar ser o mais adequado, para colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a formação académica. Numa componente teórica, foram abordados os conceitos inerentes à estas matérias, sendo que ao nível da contabilidade limitou-se o âmbito aos procedimentos contabilísticos que poderão auxiliar na implementação e no melhoramento dos processos de controlo interno nas empresas.

Partindo da definição de, Almeida (1996), citado por Bordin & Saraiva (2005), relatando que o controlo interno representa numa organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contabilísticos fiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa, e da definição dos procedimentos contabilísticos que de modo geral são as normas e regulações que pautam a forma como a atividade contabilística é executada, ou seja, ao nível do reporte contabilístico. Vários autores discutem a temática do controlo interno e da sua importância para a gestão das empresas, poucos relacionam que os procedimentos contabilísticos poderão contribuir para o aumento e eficácia do controlo interno. “Possuir uma informação financeira correta e atempada é essencial para auxiliar o controlo de gestão, assim como suportar o controlo e decisão da atividade empresarial” (Carvalho J. E. 2011).

Nesta senda, partindo do objeto principal deste relatório que é de evidenciar a importância dos procedimentos contabilísticos para a eficácia do CI, foi crucial perceber como os procedimentos contabilísticos contribuem para a eficácia do CI na DKSH Portugal. Em seguida descreve-se os procedimentos contabilísticos aplicados no decorrer do estágio e como melhoram a eficácia do CI na DKSH Portugal, garantindo assim a mitigação do risco na empresa:

1. Conferência e registo de faturas (Compras aos fornecedores de serviços/ativos)

- Desde o início até ao final deste procedimento é possível confirmar que quando bem executado melhora o planeamento orçamental da empresa. Criando as POs no princípio do ano, a gestão terá em vista quanto poderá gastar em compras a fornecedores de serviços/ativos no decorrer do ano, evitando assim compras desnecessárias.
- Conferindo e registando as faturas no sistema é possível detetar se a fatura está correta ou não e/ou se a fatura enviada pelo fornecedor já foi enviada e liquidada anteriormente, mitigando assim o risco de fraude, como também a deteção de erros/falhas.
- É possível também verificar se as faturas enviadas pelos fornecedores cumprem os predicados legalmente exigidos e dispostos no artigo nº 36º do CIVA, mencionados no ponto 3.4.1 deste relatório, mitigando assim o risco legal.

2. Controlo de contas correntes de clientes

Este procedimento permite verificar os valores em aberto na conta corrente do cliente, se existem documentos vencidos em aberto o departamento de finanças informa à assistente de vendas responsável pelo cliente, para reforçar a cobrança. Bissemanalmente é feita uma reunião com toda a equipa de vendas onde se faz um ponto de situação e discutem os casos críticos, definindo-se estratégias de cobrança e ações a desenvolver, mitigando assim o risco de crédito.

3. Conferência de bancos

Este procedimento permite mitigar o risco de fraude, como também, detetar problemas em relação a pagamentos, erros ou falhas. Avaliando o equilíbrio entre as contas lançadas internamente e os extratos bancários, considerando o que foi registado pelo departamento financeiro no controlo interno e o que foi efetivamente movimentado nos bancos.

4. Classificação de documentos e registo contabilísticos

Este procedimento mitiga o risco legal, refere-se às obrigações do SAF-T relativo à contabilidade, nomeadamente quanto a realização dos registos de forma sequencial e cronológica, e a indicação das datas de registo e do documento comprovativo.

Em termos fiscais, refere o artigo 17º do Código do IRC, que a contabilidade deve estar organizada de acordo com a normalização contabilística, de modo a permitir o apuramento do lucro tributável, sendo que este apuramento do lucro tributável irá ter como base os elementos resultantes dessa contabilidade, eventualmente corrigidos pelas disposições do CIRC.

Esses elementos resultantes da contabilidade têm origem nos registos contabilísticos, que devem ser apoiados em documentos justificativos, datados e suscetíveis de serem apresentados sempre que necessário, conforme as regras estabelecidas no nº 2 do artigo 123º do CIRC.

Com a realização das tarefas no estágio foi possível confirmar as asserções colocadas e preencher o modelo de análise definido no ponto 2.5 deste relatório:

A1- A contabilidade é essencial para a gestão de risco da organização

Com o estágio, foi possível confirmar que a contabilidade é uma ferramenta essencial para a gestão de risco da organização, contribuindo para a eficácia do controlo interno e do reporte da informação financeira permitindo assim, uma tomada de decisão informada e consistente.

A2- Os procedimentos de Controlo interno minimizam o risco da organização.

Com a realização do estágio foi possível comprovar que os procedimentos do CI como por exemplo, o controlo de inventário, as verificações bancárias regulares, as autorizações de pagamentos, etc. Quando bem aplicados minimizam o risco da organização.

Através da criação de um ambiente de trabalho organizado, com processos eficazes e responsabilidades bem definidas, estabelecimento de procedimentos que garantam que as políticas da organização sejam cumpridas e a garantia da proteção dos ativos da organização, é possível criar uma estrutura de controlo interno eficaz, minimizando assim o risco da organização.

4.2 Conclusão

Através das atividades descritas no ponto 3. deste relatório é possível perceber que a DKSH Portugal atribui grande relevância à gestão de risco e à contabilidade, implementando assim várias políticas e procedimentos de contabilidade e de controlo interno para o melhor funcionamento dos SCI.

Com base nas atividades desenvolvidas e conhecimentos adquiridos ao longo do estágio, foi possível evidenciar o contributo dos procedimentos contabilísticos para a eficácia do controlo interno na empresa acolhedora, cumprindo assim o principal objeto de estudo deste trabalho.

Contudo, é importante realçar que a implementação dos procedimentos contabilísticos e do CI por si só jamais poderão minimizar o risco da organização, é preciso que os contabilistas e todos os colaboradores sejam capazes de aplicar cada procedimento implementado na organização, comprovando assim o que foi dito por Rocha (2010) citado no ponto 1.1.3 deste relatório, “é crucial que todos os departamentos da empresa estejam envolvidos em torno do SCI para a correta implementação e sucesso do mesmo”. As empresas devem apostar na formação e informação de seus colaboradores para que haja sucesso na implementação de qualquer procedimento, por outro lado, é crucial que os colaboradores gostem daquilo que fazem e sejam comprometidos com o seu trabalho.

Conclui-se também que a contabilidade é vista pelos órgãos de gestão como uma ferramenta de apoio à gestão e de auxílio na tomada de decisão.

Para além das atividades descritas no capítulo anterior, a realização do estágio proporcionou-me a oportunidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos no decorrer da formação académica e ter o primeiro contato com o mercado de trabalho, que é completamente diferente da academia. A relação humana com os restantes colegas de trabalho, com os fornecedores e alguns clientes foram também de extrema importância. O trabalho em equipa, a autoajuda e o companheirismo são fatores muito importantes para a sobrevivência das empresas hoje em dia. Em suma, todos os conhecimentos e experiências adquiridos ao longo do estágio são efetivamente contribuições positivas para o meu futuro.

4.3 Limitações no Estudo

O presente trabalho foi elaborado com base no estágio curricular realizado e, assim sendo, as conclusões obtidas com a realização deste estágio apenas se referem à entidade em causa, não podendo os resultados serem generalizados.

4.4 Pistas para investigação futura

Seria interessante no futuro, o desenvolvimento deste estudo à um conjunto de entidade mais alargado com o intuito de fortalecer o contributo da contabilidade para a tomada de decisão ao nível dos órgãos de gestão e também a colaboração para o aumento e melhoramento do controlo interno das empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apostolou, N. e Crumbley, D. (2008). The tally stick: the first internal control? The Forensic Examiner, Spring 2008, 60-62. Acedido em 5 de Julho de 2023, em [tally-stick.pdf \(tamucc.edu\)](#).

Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., & Kinney JR, W. R. (2007). The discovery and reporting of internal control deficiencies prior SOX-mandated audits. Journal of Accounting and Economics, 44, 166–192.

[Isa 315 | PDF | Risco | Investimentos \(scribd.com\)](#) . Acedido em 05 de Julho de 2023.

Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) - Internal Control Acedido em 11 de Julho de 2023, em [Internal controls | ACCA Qualification | Students | ACCA Global](#).

Bordin P. e Saraiva C.J. (2005). O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. Revista electrónica de contabilidade, curso de ciências contábeis.UFSM

Borges, A., & Azevedo Rodrigues, J. (2004). Contabilidade e Finanças para a gestão. Coleção Gestão.

Carlos Alberto Lucas Carvalho (2014) – Procedimentos contabilísticos e a sua importância no controlo interno – Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças- ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto).

Carvalho J. E. (2011). Gestão de empresas – Princípios fundamentais. Edições Sílabo, 2.^a Edição.

Carqueja H. O. (2002). Nota Biográfica de Jaime Lopes Amorim. Revista Revisores & Empresas, N.º 19.

Chiavenato, I. (1994). Administração - Teoria, Processo e Prática. Makron Books, 2.^a Edição.

Cecília Raquel Teixeira da Rocha Alves da Silva (2009). A Importância atribuída pelos Empresários da Grande Lisboa ao Controlo Interno. Disponível em [Repositório](#)

[Institucional da Universidade de Aveiro: A importância atribuída pelos empresários da grande Lisboa ao controlo interno \(ua.pt\)](#) .

Costa C.B. (2010). Auditoria Financeira – Teoria & Prática. 9.^a Edição, Rei dos Livros.

DKSH Annual Report 2022 (pag 86-91)

António Borges, Rogério Rodrigues, Azevedo Rodrigues e José Azevedo Rodrigues- Elementos de Contabilidade Geral 2021 (27^a Edição)

Elizabeth M Pierce and James Goldstein - Moving From Enterprise Risk Management to Strategic Risk Management: Examining the Revised COSO ERM Framework.

Eunice Maria Ferreira dos Santos (2015) - “O Sistema de Controlo Interno e a Qualidade da Auditoria” (pag 7-10).

Figueiredo, C. M. (Setembro de 2012). O contributo de boas práticas contabilísticas para uma auditoria financeira eficaz. S. Mamede: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Fortin, M. (1999). “O processo de Investigação: da conceção à realização”, Loures, Lusociência.

Kumar, R. (2019). Research Methodology: A Step-by-Step Guide for Beginners, 5^a Edição, Sage.

Manual da DKSH: DKSH formação de finanças operacionais, pag. 71-72, por Susana Silva - Country Finance and Administrative Manager, em 11 de Novembro de 2022.

Moving From Enterprise Risk Management to Strategic Risk Management: Examining the Revised COSO ERM Framework, by Elizabeth M Pierce e James Goldstein (2016). Acedido em 11 de Julho de 2023, em [\(PDF\) Moving from Enterprise Risk Management to Strategic Risk Management: Examining the Revised COSO ERM Framework \(researchgate.net\)](#).

New COSO ERM Framework Out for Comment (17 de Junho 2016), by Eric Priezkalns. Acedido em 11 de Julho de 2023, em [New COSO ERM Framework Out for Comment | Commsrisk](#).

Oliveira, M. C.; Linhares, J. S. (2006). A implementação de controle interno adequado às exigências da lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – Um estudo de caso.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2000). Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno. Emitida pela OROC, disponível no MROC .

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Lisboa, Gradiva

Pierre Jouanique - Boletim da AECA, Asociacion Española de Contabilidad y Administracion de Empresas, n.º 31 de Janeiro/Abril de 1993, p. 26

ROCHA, Luís Filipe Bronze - Sistema de controlo interno de reporte financeiro (SCIRF) no grupo EDP – Energias de Portugal, Lisboa: ISCTE, 2010.

Inácio, H. C. (2014). Controlo Interno - Enquadramento Teórico e Aplicação Prática. Escolar Editora, ISBN 978-972-592-454-9.

Schutz, A. (1962). Common-Sense and Scientific Interpretation of Human Action. In: Natanson, M. (Eds) Collected Papers I. Phaenomenologica, vol 11. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-94-010-2851-6_1

Douglas, M., Wildavsky, A. (1983). Introduction: Can we know the risks we face?

Severo A.F.N. (2009). Práticas de contabilidade. Relatório de estágio do mestrado em gestão. Faculdade de economia da universidade de Coimbra.

Sousa, M. & Baptista, C. (2011). "Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios", 2ª Edição, Editora Pactor.

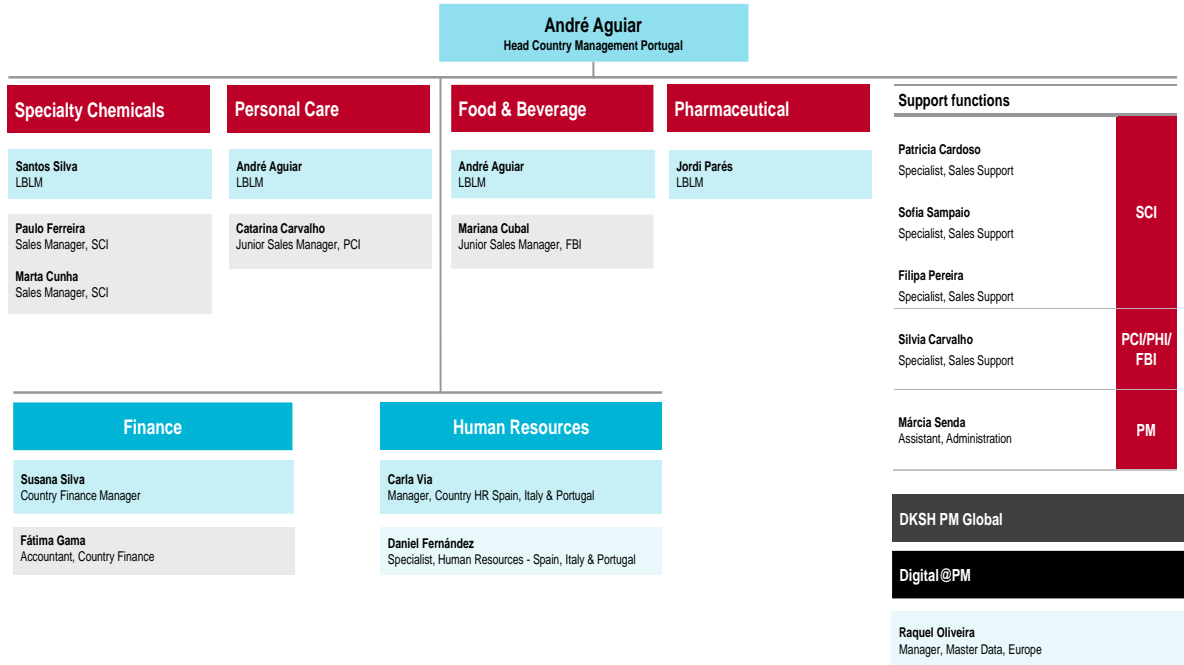
Teixeira, M. (Novembro de 2006). O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz . Coimbra: Universidade Aberta.

Teixeira, V. M. P. (2012). Impacto da Auditoria Interna na Externa - Ótica do Utilizador Externo. Aveiro. Universidade de Aveiro.

Terrell, J. H. (1974). *A Conceptual Auditing Methodology-Interrelationships between the Financial Statements, Internal Controls, and the Audit Program. The Accounting Review, 176–180.*

Anexo I – Organograma DKSH Portugal

DKSH Portugal



Last update: 07/03/2023